

## **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, no Auditório da Casa das Artes de Arcos de Valdevez, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, sob a presidência de João Manuel do Amaral Esteves, secretariado por Elizabeth Morais Caldas Fernandes (primeira-secretária) e António Duarte Teixeira Afonso Rodrigues (segundo-secretário). -----

CHAMADA - à chamada, que se efetuou às catorze horas e cinquenta minutos, por falta de quórum à hora marcada para o início da reunião (catorze horas e trinta minutos), responderam sessenta e sete membros da Assembleia Municipal. -----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS – apresentaram justificações de falta, que foram aceites, Rafael José Esteves Cacho, Ana Sofia Fernandes de Brito, Elsa Cristiana da Silva Rocha, Kléa Kathleen Costa da Silva, Liliana Alexandra Véstia de Amorim Ribeiro e Beatriz Saraiva Ramalho. -----

- Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Soajo – Alexandre Barreira Gomes – e de Aguiã – João Filipe Sousa da Silva – comunicaram que seriam substituídos nesta sessão pelos respetivos Secretários – Miguel Alexandre Soares Rodas e Ricardo Herculano Rodrigues Coelho. -----

A Câmara Municipal foi representada nesta sessão pelo seu Presidente – Olegário Gomes Gonçalves – tendo também assistido à mesma, na totalidade ou em partes, os/as Vereadores/as Emília da Graça Neto Cerdeira, João Carlos Braga Simões, João Carlos de Barros Taveira Santos do Vale, Marlene Cristiana Amorim Barros, Flávia Daniela Oliveira Afonso. -----

INFORMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA: - o Senhor Presidente da Assembleia informou que Jorge José Caldas Amorim, do Grupo Municipal do PSD, e Maria Madalena Afonso Alves Pereira, Ângela Maria Marinho Rodrigues e Ana Rafaela Alves Fernandes Gave, do Grupo Municipal do PS, solicitaram substituição por ausência temporária inferior a trinta dias, tendo sido convocados para as respetivas substituições nesta sessão Kléa Kathleen Costa da Silva, Beatriz Saraiva Ramalho, Jorge Saraiva de Barros e Rafael José Esteves Cacho. -----

Deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão, declarando-a à disposição de quem pretendesse consultá-la. -----

Tendo-se procedido ao registo magnético da sessão, e verificando-se estar o mesmo em boas condições, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS: - Não houve inscrições para discussão do projeto da ata, vindo o mesmo a ser **aprovado, por unanimidade**. Não participou na votação quem não esteve presente na sessão a que a mesma respeita. –

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Intervieram** Rui Amorim (PSD) – Anexo 1; Elsa Esteves (PS) – Anexos 2 e 6; José Faria – Anexo 3; Albano Araújo (CH); Vítor Sousa (PS) – Anexo 4; Rosa Brito (PSD) – Anexo 5; Tânia Alves (PSD) – Anexo 7; António Maria Sousa – Anexo 8; Odete Alves – Anexo 9; Luís Campos – Anexo 10; Michael Silva; António Rodrigues (PSD); José Gonçalves (PSD) e Presidente da Câmara. -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Alves Oliveira**, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Jolda (S. Paio) ao longo de mais de duas décadas (*Anexo 1*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelo Grupo Municipal do PS. -----

- **Encaminhada para a Comissão Permanente a proposta de realização de sessão solene comemorativa dos “50 Anos do Poder Local e das Primeiras Eleições Autárquicas”**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS (*Anexo 6*). -----

- **Aprovado, por maioria com a abstenção de Duarte Barros, voto de louvor ao Município** pela realização do “Alto Minho Science Fest” (*Anexo 7*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelo Grupo Municipal do PS. -----

- **Aprovado, por maioria com a abstenção de Duarte Barros, voto de louvor à equipa responsável pelos jardins da vila** (*Anexo 8*), apresentado pelo Senhor António Maria Sousa e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD e do PS. -----

- **Aprovado, por maioria com a abstenção de Duarte Barros, voto de louvor ao Senhor Dr. António Norton de Matos** (*Anexo 9*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelo Grupo Municipal do PS, bem como pelo Senhor António Maria Sousa. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **PONTO UM – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO (FEVEREIRO – ABRIL / 2026) -**

previamente distribuído por escrito, na forma habitual, o Relatório fica arquivado nos documentos que fazem parte desta ata. -----

**Intervieram** Jorge Barros (PS) – *Anexo 11*; Luís Sendão (PSD) – *Anexo 12*; José Pereira (PS) – *Anexo 13*; José Gomes (PSD) – *Anexo 14*; Rogério Correia (PS) – *Anexo 15*; Elsa Esteves (PS) – *Anexo 16*; António Maria Sousa e Presidente da Câmara. -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

#### **PONTO DOIS – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE**

**E CINCO:** - o Senhor Presidente da Câmara informou que os documentos de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco foram elaborados nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP) e do Anexo à Resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001, no uso da competência prevista na alínea i) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, sendo acompanhados da respetiva certificação legal, efetuada pelo Revisor Oficial de Contas C.& R. Ribas Pacheco, nos termos do artigo 77º, nº 2 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Os documentos encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, dando-se como aqui integralmente reproduzidos para todo os efeitos legais. -----

Referiu que o total do Ativo foi de € 140 476 791,56 (cento e quarenta milhões quatrocentos e setenta e seis mil setecentos e noventa e um euros e cinquenta e seis cêntimos); o total do Património Líquido foi de € 131 856 638,95 (cento e trinta e um milhões oitocentos e cinquenta e seis mil seiscentos e

trinta e oito euros e noventa e cinco cêntimos), sendo € 39 357 805,60 (trinta e nove milhões trezentos e cinquenta e sete mil oitocentos e cinco euros e sessenta cêntimos) de património, € 28 409 833,11 (vinte e oito milhões quatrocentos e nove mil oitocentos e trinta e três euros e onze cêntimos) de Reservas, € 20 618,35 (vinte mil seiscientos e dezoito euros e trinta e cinco cêntimos) de Resultados Transitados, € 109 118,84 (cento e nove mil cento e dezoito euros e oitenta e quatro cêntimos) de ajustamentos em ativos financeiros, € 64 985 424,31 (sessenta e quatro milhões novecentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e vinte e quatro euros e trinta e um cêntimos) de outras variações no património líquido e € - 1 026 161,26 (um milhão e vinte e seis mil cento e sessenta e um euros e vinte e seis cêntimos, negativos) de Resultado Líquido; que o total do Passivo foi de € 8 620 152,61 (oito milhões seiscientos e vinte mil cento e cinquenta e dois euros e sessenta e um cêntimos), sendo € 5 059 584,41 (cinco milhões cinquenta e nove mil quinhentos e oitenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos) de passivo não corrente e € 3 560 568,20 (três milhões quinhentos e sessenta mil quinhentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos) de passivo corrente. -----

Que na Demonstração de Resultados verifica-se que os Rendimentos foram de € 31 956 266,76 (trinta e um milhões novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e sessenta e seis euros e setenta e seis cêntimos) e os Gastos foram de € 32 982 216,23 (trinta e dois milhões novecentos e oitenta e dois mil duzentos e dezasseis euros e vinte e três cêntimos), sendo o Resultado Líquido de € - 1 026 161,26 (um milhão e vinte e seis mil cento e sessenta e um euros e vinte e seis cêntimos, negativos) transferido para Resultados Transitados.-----

Que o saldo da gerência anterior era de € 1 818 104,12 (um milhão oitocentos e dezoito mil cento e quatro euros e doze cêntimos), sendo € 194 514,83 (cento e noventa e quatro mil quinhentos e catorze euros e oitenta e três cêntimos) de execução orçamental e € 1 623 589,29 (um milhão seiscientos e vinte e três mil quinhentos e oitenta e nove euros e vinte e nove cêntimos) de operações de tesouraria. -----

Que as receitas orçamentais foram de € 37 912 100,88 (trinta e sete milhões novecentos e doze mil e cem euros e oitenta e oito cêntimos), sendo € 28 570 275,44 (vinte e oito milhões quinhentos e setenta mil duzentos e setenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos) de correntes, € 9 133 919,81 (nove milhões cento e trinta e três mil novecentos e dezanove euros e oitenta e um cêntimos) de capital, e € 13 390,00 (treze mil trezentos e noventa euros) de outras receitas; e entradas de operações de tesouraria € 647 270,15 (seiscientos e quarenta e sete mil duzentos e setenta euros e quinze cêntimos). ---

Que as despesas orçamentais foram de € 37 680 638,06 (trinta e sete milhões seiscientos e oitenta mil seiscientos e trinta e oito euros e seis cêntimos), sendo € 21 777 700,32 (vinte e um milhões setecentos e setenta e sete mil e setecentos euros e trinta e dois cêntimos) de correntes, e € 15 902 937,74 (quinze milhões novecentos e dois mil novecentos e trinta e sete euros e setenta e quatro cêntimos) de capital, efetuando-se, ainda, pagamentos por operações de tesouraria de € 316 705,69 (trezentos e dezasseis mil setecentos e cinco euros e sessenta e nove cêntimos). -----

Que transitou para a gerência seguinte um saldo de € 2 185 615,77 (dois milhões cento e oitenta e

cinco mil seiscentos e quinze euros e setenta e sete cêntimos), sendo € 231 462,02 (duzentos e trinta e um mil quatrocentos e sessenta e dois euros e dois cêntimos) de execução orçamental, e € 1 954 153,75 (um milhão novecentos e cinquenta e quatro mil cento e cinquenta e três euros e setenta e cinco cêntimos) de operações de tesouraria. -----

**Intervieram** Sabina Cerqueira (PSD) – *Anexo 17*, Vítor Sousa (PS) – *Anexo 18*, António Maria Sousa e Presidente da Câmara. -----

**- A Assembleia deliberou, por maioria, com seis votos contra** – Jorge Barros, Duarte Barros, Elsa Esteves, José Pereira, Rogério Correia e Vítor Sousa – **e três abstenções** – Albano Araújo, Anabela Araújo e André Rodrigues – **apreciar favoravelmente** os Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e no nº 2 - alínea l) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**PONTO TRÊS – PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:** - o Senhor Presidente da Câmara referiu que a presente proposta de reorganização da estrutura orgânica do Município tinha subjacentes o imperativo legal de criação do Gabinete Técnico Florestal; a separação da Divisão Administrativa e Financeira em duas – Divisão Administrativa e Divisão Financeira – a transferência do Serviço de Auditoria e Gestão para a Divisão Financeira e a criação de dez unidades; ficando assim a estrutura hierárquica constituída por seis unidades orgânicas flexíveis (Divisões Municipais), dez Unidades, dezanove subunidades orgânicas (Secções) e trinta e três Serviços. -----

**Intervieram** Alberto Faria (PSD) – *Anexo 19*; Anabela Araújo (CH) – *Anexo 20*; Elsa Esteves (PS) – *Anexo 21* e Presidente da Câmara. -----

**- A Assembleia deliberou, por maioria com seis votos contra** – Jorge Barros, Duarte Barros, Elsa Esteves, José Pereira, Rogério Correia e Vítor Sousa – **e duas abstenções** – Albano Araújo e André Rodrigues – **aprovar a presente proposta de "Adequação da Organização e da Estrutura dos Serviços Municipais"**, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e da alínea m) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**PONTO QUATRO – PROPOSTA DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E DA PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE DOIS MIL E VINTE SEIS:** - o Senhor Presidente da Câmara referiu que estas propostas, com um valor global de € 232 195,00 (duzentos e trinta e dois mil cento e noventa e cinco euros), que aqui se dão como integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais, foram elaboradas nos termos da NCP 26 do SNC-AP com o ponto 8.3.1 do POCAL. -----

**Intervieram** Diana Barros (PSD) – *Anexo 22*; José Pereira (PS) – *Anexo 23* e Presidente da Câmara. -----

**- A Assembleia deliberou, por maioria com seis votos contra** – Jorge Barros, Duarte Barros, Elsa Esteves, José Pereira, Rogério Correia e Vítor Sousa – **aprovar a proposta remetida pelo**



executivo, relativa à "Primeira Alteração Orçamental Modificativa e Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e vinte e seis", nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**PONTO CINCO – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS ALUNOS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALDEVEZ – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:**

- o Senhor Presidente da Câmara informou que era necessário abrir procedimento concursal para contratação da prestação de serviços de confeção e fornecimento de refeições escolares para os alunos do Agrupamento de Escolas de Valdevez no ano letivo dois mil e vinte e seis / dois mil e vinte e sete, e que, com base nos custos do ano letivo transato, se estima que o contrato tenha um custo plurianual no valor de 814 860,00€ (oitocentos e catorze mil oitocentos e sessenta euros), valor sujeito a IVA à taxa de 13% (treze por cento), propondo a seguinte repartição de encargos por anos económicos: -----

- 2026 (dois mil e vinte e seis) – 332 518,32 € (trezentos e trinta e dois mil quinhentos e dezoito euros e trinta e dois cêntimos); -----

- 2027 (dois mil e vinte e sete) – 588 273,48 € (quinhentos e oitenta e oito mil duzentos e setenta e três euros e quarenta e oito cêntimos). -----

**Intervieram** Jorge Barros (PS) – *Anexo 24*; Nuno Brito (PSD) – *Anexo 25* e Presidente da Câmara. -----

**- A Assembleia deliberou, por unanimidade,** e em conformidade com o disposto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, **conceder à Câmara Municipal autorização para a assunção dos compromissos plurianuais relativos ao procedimento de concurso público para aquisição de serviço de fornecimento de refeições para os alunos do Agrupamento de Escolas de Valdevez, com a repartição de encargos proposta.** -----

**PONTO SEIS – DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS IDENTIFICADOS NO ANEXO I – LISTA DE INVESTIMENTOS A FINANCIAR ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO VALOR DE CINCO MILHÕES E TRINTA MIL EUROS:**

- o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que, de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, em virtude de o financiamento a contratar, no montante de € 5 030 000,00 (cinco milhões e trinta mil euros), exceder dez por cento do montante total das despesas de investimento previstas no orçamento municipal do presente exercício, e em conformidade com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, era solicitada autorização prévia para os investimentos em curso e a lançar nas áreas dos edifícios culturais, educativos, habitação social, saúde, saneamento básico e rede viária, devidamente identificados no Anexo I - Lista dos Investimentos – e já previstos no Plano Plurianual de Investimentos: -----

- PO 588/2025 - Requalificação do Cine Teatro Alameda - 500 000,00 € (quinhentos mil euros); ----
- PO 582/2025 - Criação da Galeria Cultural Alameda - 326 000,00 € (trezentos e vinte e seis mil euros); -----
- PO 483/2023 - Construção de Habitação Social em Guilhadeses - Trabalhos Complementares - 358 000,00 € (trezentos e cinquenta e oito mil euros); -----
- PO 594/2025 - Expansão da Rede de Saneamento a Sudoeste do Concelho - Lote 1 (Zona 4) - 200 000,00 € (duzentos mil euros); -----
- PO 567/2025 – Expansão da rede de saneamento a sudoeste do Concelho - Lote 2 (Zona 3) - 748 000,00 € (setecentos e quarenta e oito mil euros); -----
- PO 594/2025 - Expansão da Rede de Saneamento a Sudoeste do Concelho - Lote 2 (Zona 5) - 204 000,00 € (duzentos e quatro mil euros); -----
- PO 567/2025 - Expansão da rede de saneamento a sudoeste do Concelho - Lote 1 (Zona 2) - 610 000,00 € (seiscentos e dez mil euros); -----
- PO 594/2025 - Expansão da Rede de Saneamento a Sudoeste do Concelho - Lote 3 (Zona 6) - 48 000,00 € (quarenta e oito mil euros); -----
- PO 536/2024 - EB 2,3/S de Arcos de Valdevez - Construção de Edifício para Ensino Artístico - Trabalhos Complementares - 500 000,00 € (quinhentos mil euros); -----
- Reabilitação, Beneficiação e Conservação de Vias Municipais (BLOCO 34) - Correção de traçado e Pavimentação em vias municipais - 447 000,00 € (quatrocentos e quarenta e sete mil euros); -----
- PO 566/2025 - Reabilitação, Beneficiação e Conservação de Vias Municipais (BLOCO 36) - Alargamento e Pavimentação em vias municipais - Sistelo, Loureda/Álvora e Portela/Extremo - 337 000,00 € - (trezentos e trinta e sete mil euros); -----
- PO 603/2026 - Reabilitação, construção e beneficiação de vias municipais - Intervenção em rotunda e trabalhos de pavimentação (Aboim das Choças, Álvora, Prozelo, Vale, Vilela e Sabadim) - 100 000,00 € (cem mil euros); -----
- PO 573/2025 - (Bloco 38) - Obras de alargamento e pavimentação em estradas e caminhos municipais - 409 000,00 € (quatrocentos e nove mil euros); -----
- PO 596/2025 - Alteração Funcional do Centro de Saúde de Arcos de Valdevez para instalação de Unidade de Retaguarda - 243 000,00 € (duzentos e quarenta e três mil euros). -----

**Intervieram** André Rodrigues (CH) – *Anexo 26*; Elsa Esteves (PS) – *Anexo 27*; Luís Machado (PSD) – *Anexo 28* e Presidente da Câmara. -----

**- A Assembleia deliberou, por maioria, com nove votos contra** – Albano Araújo, Anabela Araújo, André Rodrigues, Jorge Barros, Duarte Barros, Elsa Esteves, José Pereira, Rogério Correia e Vítor Sousa – e em conformidade com o previsto nas alíneas a) e f) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, **autorizar previamente os investimentos em curso e a lançar nas áreas dos edifícios culturais, educativos,**

habitação social, saúde, saneamento básico e rede viária, devidamente identificados no Anexo I - Lista dos Investimentos, a suportar por empréstimo no montante de € 5 030 000,00 (cinco milhões e trinta mil euros), valor que excede 10% (dez por cento) do montante total das despesas de investimento previstas no orçamento municipal para o corrente ano. -----

**PONTO SETE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, NO VALOR DE CINCO MILHÕES E TRINTA MIL EUROS, E RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS, PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS NAS ÁREAS DOS EDIFÍCIOS CULTURAIS, EDUCATIVOS, HABITAÇÃO SOCIAL, SAÚDE, SANEAMENTO BÁSICO E REDE VIÁRIA:**

- o Senhor Presidente da Câmara referiu que solicitava autorização para a contratação de empréstimo de longo prazo no valor de € 5 030 000,00 (cinco milhões e trinta mil euros), para fazer face à contrapartida nacional dos projetos de investimento em curso e a lançar, aprovados no ponto anterior. Acrescentou que, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, era solicitada a autorização da Assembleia Municipal para celebração do respetivo contrato de empréstimo sob a forma de abertura de crédito e também para assunção dos correspondentes compromissos plurianuais. -----

**Intervieram** Albano Araújo (CH), Vítor Sousa (PS) – *Anexo 29*, José Gonçalves (PSD) e Presidente da Câmara. -----

**- A Assembleia deliberou, por maioria com nove votos contra** – Albano Araújo, Anabela Araújo, André Rodrigues, Jorge Barros, Duarte Barros, Elsa Esteves, José Pereira, Rogério Correia e Vítor Sousa – e em conformidade com o previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e na alínea f) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nas suas atuais redações, **autorizar a contratação de empréstimo pelo prazo de doze anos, no montante de € 5 030 000,00 (cinco milhões e trinta mil euros), para financiamento dos investimentos em curso e a lançar nas áreas dos edifícios culturais, educativos, habitação social, saúde, saneamento básico e rede viária, bem como a respetiva assunção de compromissos plurianuais.** -----

**PONTO OITO – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DE ÁZERE, CABREIRO, GAVIEIRA, GONDORIZ, JOLDA (S. PAIO), MONTE REDONDO, PADROSO, SABADIM, SENHAREI, SISTELO E SOAJÓ, E UNIÕES DE FREGUESIAS DE ÁLVORA E LOUREDA, ARCOS DE VALDEVEZ (SÃO PAIO) E GIELA, DE GRADE E CARRALCOVA, DE GUILHADESES E SANTAR, DE JOLDA (MADALENA) E RIO CABRÃO, DE S. JORGE E ERMELO E DE TÁVORA (SANTA MARIA E SÃO VICENTE):**

- o Senhor Presidente da Câmara referiu que, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, propunha a aprovação dos protocolos de apoio financeiro, no valor de quarenta mil e sessenta e seis euros para as obras e/ou fornecimentos abaixo indicados, acrescido do financiamento para os trabalhos de limpeza e conservação dos caminhos vicinais, a celebrar com as seguintes freguesias e uniões de freguesias: -----

- **Ázere – € 45 472,00** (quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois euros) – alargamento e pavimentação do Caminho do Património e reparação de caminho no lugar de Nunide, com orçamento de € 53 000,00 (cinquenta e três mil euros), mais IVA; -----

- **Cabreiro – € 78 054,00** (setenta e oito mil e cinquenta e quatro euros) – alargamento e pavimentação do Caminho do Regueiro, obra orçada em € 68 177,50 (sessenta e oito mil cento e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos), mais IVA, acrescendo também a verba de € 21 000,00 (vinte e um mil euros) destinada à recolha de resíduos sólidos; -----

- **Gavieira – € 67 680,00** (sessenta e sete mil seiscentos e oitenta euros) – alargamento e pavimentação dos caminhos da Quelha/Igreja, do Tujal/Tibo, do Outeiro/Tibo, do Coreto/Tibo, do Coto/Rouças e da Costa/Rouças; alargamento do Caminho da Longra/Branda de Busgalinhas e pavimentação dos caminhos da Capela/Bouça dos Homens e da Lameira/Branda da Bouça dos Homens, cujo valor total orçamentado é de € 100 000,00 (cem mil euros), mais IVA, acrescendo também a verba de € 14 893,00 (catorze mil oitocentos e noventa e três euros) destinada à recolha de resíduos sólidos; -----

- **Gondoriz – € 68 678,00** (sessenta e oito mil seiscentos e setenta e oito euros) – abertura e pavimentação do Caminho da Lage da Milhara/Vila Boa e da Travessa Chão do Sapateiro/Selim, orçadas em € 56 560,50 (cinquenta e seis mil quinhentos e sessenta euros e cinquenta cêntimos), mais IVA; -----

- **Jolda (S. Paio) – € 49 254,00** (quarenta e nove mil duzentos e cinquenta e quatro euros) – construção de muros de suporte nas ruas da Pena e da Vália e no Caminho do Monte, obras orçadas em € 50 100,00 (cinquenta mil e cem euros), mais IVA; -----

- **Monte Redondo – € 47 697,00** (quarenta e sete mil seiscentos e noventa e sete euros) – pavimentação da Estrada das Cerqueiras, com um custo de € 48 500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Padroso – € 49 769,00** (quarenta e nove mil setecentos e sessenta e nove euros) – pavimentação do Caminho das Cerdeiras/Quintães e execução de muros de suporte nos caminhos da Cruz/Paredes e da Pontelha/Covela, cujo valor de adjudicação é de € 57 282,50 (cinquenta e sete mil duzentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos), mais IVA; -----

- **Sabadim – € 54 191,00** (cinquenta e quatro mil cento e noventa e um euros) – alargamento dos caminhos de Quintela e da Fonte/Passos, alargamento e construção de muros no Caminho da Eira de Baixo/Cestães, pavimentação dos caminhos de Vermum/Barrosinha (1ª fase) e do Pocinho/Cabanas e conservação do Cemitério Paroquial, cujo custo ascende a € 62 500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Senharei – € 43 119,00** (quarenta e três mil cento e dezanove euros) – pavimentação da Travessa da Coelheira /S. Mamede e requalificação e pavimentação do Caminho do Cruzeiro/Travassos, obras orçadas em € 45 000,00 (quarenta e cinco mil euros), mais IVA; -----

- **Sistelo – € 58 512,00** (cinquenta e oito mil quinhentos e doze euros) – beneficiação do Caminho do Barroco, reparação do muro de suporte de terras na Casa do Castelo e reparação de diversos

caminhos vicinais, com orçamento no valor de € 53 016,00 (cinquenta e três mil e dezasseis euros), mais IVA acrescentando também a verba de € 5 335,00 (cinco mil trezentos e trinta e cinco euros) destinada à recolha de resíduos sólidos; -----

- **Soajo – € 81 643,00** (oitenta e um mil seiscentos e quarenta e três euros) – beneficiação do edifício da Sede da Junta e beneficiações diversas nos lugares da freguesia, com orçamento no valor de € 51 000,00 (cinquenta e um mil euros), mais IVA, acrescentando também a verba de € 8 691,00 (oito mil seiscentos e noventa e um euros) destinada à recolha de resíduos sólidos; -----

- **Álvora e Loureda – € 53 389,00** (cinquenta e três mil trezentos e oitenta e nove euros) – alargamento da Rua de Casaldoufes – 1ª fase, com orçamento no valor de € 78 195,00 (setenta e oito mil cento e noventa e cinco euros), mais IVA; -----

- **Arcos de Valdevez (S. Paio) e Giela – € 52 192,00** (cinquenta e dois mil cento e noventa e dois euros) – beneficiação do edifício da Sede da Junta, aquisição de material informático e de ferramentas para limpeza de estradas, alargamento do Caminho do Real (1ª fase), pavimentação da estrada entre Morilhões e Casais, arranjo do Senhor dos Perdidos (1ª fase), reparação de caminhos vicinais e florestais, toponímia e sinalização, cujo orçamento ascende a € 195 300,00 (cento e noventa e cinco mil e trezentos euros), mais IVA; -----

- **Grade e Carralcova – € 57 839,00** (cinquenta e sete mil oitocentos e trinta e nove euros) – pavimentação do Caminho de Campolinho/Vilela de Grade, da Travessa das Penhosas/Vilela de Grade e da Travessa de Campolinho/Sobreiro, com orçamento de € 52 332,50 (cinquenta e dois mil trezentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos), mais IVA; -----

- **Guilhadeses e Santar – € 55 057,00** (cinquenta e cinco mil e cinquenta e sete euros) – alargamento e construção de muros no Recanto de Fontão Covo e no Caminho da Cachada à Mó do Cabo, requalificação de base e nichos para caixotes de lixo e requalificação de valetas e construção de novas em betão, cujo custo total ascende a € 48 000,00 (quarenta e oito mil euros), mais IVA; -----

- **Jolda (Madalena) e Rio Cabrão – € 56 130,00** (cinquenta e seis mil cento e trinta euros) – pintura e instalação de ar-condicionado na Sede da Junta, beneficiações entre a Rua de Quintela e Côtó-Letrigo, nos caminhos entre Saíme – Valinha e nos cemitérios, e passeio sénior, cujo custo total ascende a € 57 500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos euros), mais IVA, acrescentando também a verba de € 2 476,00 (dois mil quatrocentos e setenta e seis euros) destinada à recolha de resíduos sólidos; -----

- **S. Jorge e Ermelo – € 74 321,00** (setenta e quatro mil trezentos e vinte e um euros) – alargamento de caminhos vicinais, repavimentação de acessos degradados e criação de zonas de estacionamento junto à Ecovia – Zona de Lazer de Senra e junto às Eiras e Canastro de Vilarinho de Souto, com orçamento de € 75 000,00 (setenta e cinco mil euros), mais IVA. -----

- **Távora (Santa Maria e São Vicente) – € 59 034,00** (cinquenta e nove mil e trinta e quatro euros) – alargamento, pavimentação e respetivos muros de contenção da Travessa do Picouço e dos caminhos de Souto Linheirinho (2ª fase), da Carreira do Paço e de Souto, em São Vicente, e do Caminho da

Devesa, em Santa Maria, com orçamento de € 85 500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos euros), mais IVA. -----

**Intervieram** António Maria Sousa, Rogério Correia (PS) – *Anexo 30*, César Pinto – *Anexo 31*, Luís Machado (PSD) e Presidente da Câmara. -----

**- A Assembleia deliberou, por unanimidade**, e em conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar os protocolos de apoio financeiro a celebrar com as freguesias de Ázere, Cabreiro, Gavieira, Gondoriz, Jolda (S. Paio), Monte Redondo, Padroso, Sabadim, Senharei, Sistelo e Soajo, e uniões de freguesias de Álvora e Loureda, de Arcos de Valdevez (S. Paio) e Giela, de Grade e Carralcova, de Guilhadeses e Santar, de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão, de S. Jorge e Ermelo e de Távora (Santa Maria e São Vicente), conforme proposto**. -----

**APROVAÇÃO EM MINUTA:** - o Senhor Presidente da Assembleia leu a minuta da ata desta sessão, colocando-a à apreciação do Plenário. Não havendo inscrições para a sua discussão, passou-se de imediato à votação, vindo o documento a ser **aprovado por unanimidade**, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

#### **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não houve intervenções. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes e, quando eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, encerrou os trabalhos desta sessão, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, há-de ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Isabel Gonçalves, que a lavrei. -----



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ANEXOS**

**1 a 31**

**30/04/2026**

### **Voto de Pesar Sr. Manuel Alves Oliveira**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O **Grupo Municipal do PSD** de Arcos de Valdevez manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Sr. **Manuel Alves Oliveira**, conhecido por todos os que tiveram o privilégio de o conhecer, por **Carlos Oliveira**, Homem de grande dedicação à sua família, à causa pública e exemplo de serviço à comunidade.

O Sr. **Carlos Oliveira** desempenhou, com reconhecido mérito, as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Jolda (S. Paio) entre 1990 e 2013, período durante o qual se destacou pela sua entrega, visão e sentido de responsabilidade. Foram mais de duas décadas de trabalho contínuo, marcadas por um compromisso firme com o desenvolvimento da Freguesia e com a melhoria das condições de vida da sua população.

Ao longo do seu percurso autárquico, **deixou uma marca profunda na vida local**: promoveu obras estruturantes, incentivou a participação cívica, defendeu os interesses da Freguesia com determinação e manteve sempre uma relação de grande proximidade com os cidadãos. Era reconhecido pelo seu carácter íntegro, pela sua disponibilidade e pela forma humana e dedicada com que exercia as suas funções.

A sua ação pública, pautada pelo rigor, pela humildade e pelo espírito de missão, constitui um legado que perdurará na memória coletiva **de Jolda (S. Paio) e de todo o concelho de Arcos de Valdevez**. O seu contributo para o poder local e para a valorização da Freguesia é motivo de justa reconhecimento e gratidão.



GRUPO MUNICIPAL DO PSD  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ



O Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez endereça às suas filhas Prazeres e Elisabete, à sua nora Anabela Oliveira, viúva do saudoso filho do Sr. Carlos Oliveira, Filipe Oliveira, ao seu genro Jorge Pereira, aos seus netos Diogo, Beatriz, Hugo, Maria e Diana, bem como à restante família, amigos e à comunidade de Jolda (S. Paio) as mais sentidas condolências, associando-se ao seu luto e prestando homenagem à vida e obra de **Carlos Oliveira**, cuja dedicação ao serviço público permanecerá como exemplo para todos.

Pelo seu percurso e exemplo de vida e dedicação à causa pública, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

1. Aprovar este “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor **Carlos Oliveira**, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe o teor deste “Voto de Pesar”.

Muito obrigado.

30 de Abril 2026



**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30  
 de abril de 2026**

**25 de abril sempre – o olhar de uma jovem**

Senhoras e Senhores,

Hoje, ao evocar o 25 de Abril reconheço a responsabilidade que tenho em mãos. Falo em responsabilidade porque evocar o 25 de Abril não se trata de um mero ritual comemorativo, é evocar coragem, é evocar um povo que recusou viver oprimido e escolheu lutar por um futuro melhor, é evocar um Portugal que não teve medo e é evocar um país que, depois de 48 anos, finalmente acordou livre.



A Revolução dos Cravos foi e será sempre um dos grandes marcos históricos do nosso país. Há 52 anos o povo saía à rua pelo sonho de conquistar um país mais livre, mais justo e mais democrático.

De Abril nasceu a promessa de um país onde cada pessoa pudesse viver com dignidade, com voz e com futuro.

Mas a verdade é que as promessas não vivem de palavras, mas de ações e compromisso. E é aqui que nós jovens, temos de ser exigentes! Crescemos em Liberdade e nunca conhecemos outra realidade, mas crescemos também com uma perspectiva incutida de que esta está eternamente garantida e de que Abril está cumprido.

Mas não acredito que isto seja totalmente verdade. Acredito sim, que a liberdade nunca será um dado adquirido e que as conquistas de Abril são ainda um projeto em construção. Porque se assim não fosse, como explicar que:

- Somos livres para estudar, mas há jovens que continuam a abandonar os estudos por falta de condições económicas;
- Somos livres para trabalhar, mas os salários e condições continuam desajustadas sendo justificadas pela pouca idade e experiência;
- Somos livres para ter a nossa independência, mas a habitação tornou-se um privilégio;
- Somos livres para escolher quem queremos ser, mas a sociedade ainda tenta impor limites à nossa identidade;
- Somos livres para viver sem medo, mas continuamos a alimentar discursos de ódio, racismo, xenofobia e misoginia;
- Somos livres para sair de casa, mas cresce diariamente o número de vítimas de violência e abusos sexuais;





- Somos livres para intervir, mas ainda tentam silenciar-nos por sermos jovens.

Pergunto: é isto ter liberdade? é isto cumprir Abril?

Não cumprimos Abril com palavras bonitas e repetidas em ocasiões oportunas, mas sim no dia a dia, nas medidas que adotamos, nas condições que garantimos e nas desigualdades que combatemos.

É aqui que cada um de nós tem um papel importante, porque é nas nossas ruas, nas nossas casas, nas nossas escolas, nas nossas comunidades que a liberdade ganha forma, ou então falha.

É também papel do poder local permitir que Abril se cumpra. É aqui que se decide se um jovem consegue ficar no seu concelho ou se é obrigado a procurar outro lugar para chamar casa, é aqui que se fomenta o espírito crítico e de pertença para que o jovem queira participar e fazer-se ouvir e é aqui que o jovem tem de se sentir seguro para ser aquilo que quer ser.

Não basta dizer que os jovens são o futuro. É necessário dar-lhes espaço para falar, serem ouvidos e sentirem-se parte das decisões que afetarão o seu futuro. Se foram jovens que, há 52 anos, ajudaram a conquistar a democracia, não aceitamos que hoje nos digam que não temos lugar nela.

A nós, jovens, deixo um apelo, não tenhamos medo. Não tenhamos medo de questionar, de exigir e de participar. Não aceitemos uma liberdade pela metade e acima de tudo garantamos que Abril não se torne passado mas façamos dele presente e futuro.

Se queremos honrar o legado que nos deixaram temos de o viver hoje e lutar por ele hoje, amanhã e sempre.

Porque, no dia em que deixarmos de o fazer, não será preciso tirarem-nos a liberdade, nós próprios a teremos abandonado.

Viva a Liberdade! Viva o 25 de Abril!

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Beatriz Ramalho,

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,





**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**Excelentíssimos Senhores Secretários,**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**Excelentíssimos Senhores Vereadores,**

**Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais,**

**Caros colegas Presidentes de Junta,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

A problemática dos fogos rurais é, sem dúvida, um tema que nos tem atormentado nos últimos anos e que nos preocupa todos os dias. Tendo em conta aquilo que são as perspetivas do ponto de vista climático, o cenário não é animador, pelo que entendemos que a união de esforços, a rentabilização de meios, as campanhas de sensibilização, a informação partilhada e a atenção de todos são fundamentais para minimizar os riscos e as consequências deste flagelo.

O comboio de tempestades que assolou o país, e que teve também uma ação direta no nosso concelho, veio agravar ainda mais este problema. A quantidade de material combustível nas nossas matas e florestas deve ser uma preocupação de todos, sobretudo com o aproximar de uma época que se prevê muito difícil.

Não podemos deixar de dar nota daquilo que tem sido o esforço e o investimento do Município relativamente a esta matéria:

- Foram intervencionados mais de 150 hectares no que toca à gestão de combustíveis;
- Cerca de 100 hectares de fogo controlado ou prescrito;
- Mais de 68 km de rede viária florestal intervencionada;
- Uma rede de 22 pontos de água operacionais que cobre todo o concelho;
- Apoio a diversas equipas de sapadores florestais, fundamentais na garantia da vigilância e na capacidade imediata de intervenção;
- Protocolo com a Federação de Bombeiros Distrital;
- Quatro protocolos com a CIM Alto Minho para a aquisição de equipamentos de proteção civil;

- Apoio financeiro a diversas Juntas de Freguesia ou Unidades de Baldio para a concretização de projetos relacionados com a gestão florestal;
- Investimento na requalificação do heliporto, reforçando aquele espaço nas suas capacidades operacionais, ampliando o edifício para integrar diferentes valências com o INEM, expandindo a capacidade de alojamento para os agentes da proteção civil e preparando uma futura base logística da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Tudo isto se traduz num aspeto muito concreto: mais prevenção e vigilância, mais rapidez na resposta, mais eficácia no combate e mais segurança para todos os arcuenses.

Se isto é suficiente? Pois não será, mas é bastante. Temos de ser todos a remar na mesma direção: a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, as instituições, as empresas e os cidadãos. São importantes as campanhas de sensibilização e a tomada de consciência de que cada um tem um papel relevante na minimização deste problema.

Uma palavra também de apreço e gratidão pela ação dos Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez e de todos os agentes da Proteção Civil, pelo esforço e pelo trabalho meritório que desenvolvem durante todo o ano.

Consideramos igualmente importante, num futuro próximo, que sejam implementadas estratégias no que toca à gestão de biomassa florestal. Temos de olhar para a floresta de forma mais abrangente, perceber o potencial energético que os resíduos florestais podem representar, não só do ponto de vista económico, mas também pela forma como podemos tornar o nosso espaço florestal mais sustentável do ponto de vista da gestão.

**Muito obrigado.**





## Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30 de abril de 2026 PAOD

### Preparação da próxima época de incêndios rurais

Estamos a um mês do fim do prazo legal para a limpeza de terrenos rurais e a menos de quinze dias de o DECIR, Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, entrar na fase Bravo, com o consequente reforço progressivo de meios e equipas. O calendário impõe-nos, portanto, urgência. E a nossa história recente impõe-nos humildade para reconhecer que é preciso fazer mais e melhor.

Os dados são conhecidos, mas não podem deixar de nos interpelar.

Em 2024, Arcos de Valdevez foi o concelho com maior número de ignições a nível nacional, 259 incêndios rurais, com 2.305 hectares de área ardida.



Em 2025, não existindo ainda dados finais do ICNF, os dados parciais disponíveis indicam que voltámos a integrar o grupo restrito de municípios responsáveis por grande parte da área ardida nacional, entre os dezoito concelhos que concentram cerca de 93% do total do país.

Esta realidade tem um rosto humano. São famílias que vêm destruído, num só dia, o resultado de uma vida inteira de trabalho, são investidores que hesitam em apostar num território que pode arder num Verão. São visitantes que procuram descanso e paisagem, e encontram cinza e desolação. É também a própria proteção civil que, sobrecarregada pelo excesso de ignições simultâneas, não consegue assegurar rescaldos eficazes, o que alimenta reacendimentos e perpetua o ciclo.

Não é aceitável continuar no pódio desta estatística. E mudar este cenário exige uma estratégia municipal consistente, que gostaríamos de debater hoje.

A recente decisão do Governo de reintroduzir os Comandos Distritais de Proteção Civil vai obrigar à reformulação dos Programas Regionais de Ação aprovados há pouco mais de um ano.

Compreendemos a lógica subjacente a esta mudança, mas não podemos deixar de assinalar que chega tarde, em cima de uma época de incêndios que se avizinha exigente e que reformas estruturais feitas com urgência tendem a gerar mais entropia do que clareza operacional.





Ainda assim, existe aqui uma oportunidade que não deve ser desperdiçada: a de operacionalizar finalmente o Programa Sub-Regional de Ação, reforçando a cooperação intermunicipal, clarificando responsabilidades e melhorando a integração das políticas de gestão de risco. O Executivo tem de assumir um papel activo neste processo, e não apenas reactivo.

É com espírito construtivo, e não de crítica fácil, que colocamos ao Executivo as seguintes questões, acompanhadas das nossas propostas.

#### 1. Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

O concelho conta atualmente com apenas uma AIGP constituída, com pouco mais de 1.030 hectares, abrangendo a Freguesia do Vale e a União das Freguesias de Grade e Carralcova. O modelo permite e a realidade exige, que sejam criadas outras AIGP em zonas críticas de incêndio ou de abandono rural.

Que medidas concretas tem o Executivo tomado para avançar com novas AIGP nas zonas de maior risco? Existe um mapeamento das áreas prioritárias? Existe interlocução activa com as juntas de freguesia e proprietários envolvidos?

2- O ICNF disponibiliza um mecanismo de apoio à realização de queimadas com acompanhamento técnico credenciado, sapadores florestais ou técnicos habilitados, garantindo que o fogo é usado como ferramenta de gestão de combustível, em condições de segurança e sem risco de propagação. É o chamado fogo frio, e é uma das ferramentas mais eficazes na redução da carga combustível.

Num concelho com o nosso histórico de ignições, perguntamos: o município tem recorrido a este mecanismo? Com que regularidade e em que freguesias? Se não, porquê?

3- O Ministério da Agricultura tem lançado várias medidas para promover o uso de animais de pastoreio na redução da vegetação espontânea, matos, herbáceas e regeneração arbustiva, como alternativa ou complemento às intervenções mecânicas e ao uso do fogo.

É uma abordagem eficaz, sustentável e que apoia simultaneamente a atividade pecuária local.

Concelhos vizinhos com condições orográficas semelhantes às nossas, como Melgaço, apresentam números de ignições e de área ardida significativamente inferiores, em parte pela adoção de programas de ajudas diretas por cabeça de gado destinadas à gestão da paisagem.

Perguntamos ao Senhor Presidente: por quanto tempo vamos continuar a apoiar os nossos produtores pecuários exclusivamente com apoios indiretos ao saneamento, sem avançar para um programa de apoio direto que incentive e remunere o pastoreio como serviço de gestão do território? Esta mudança está em equação?







4- A Lei de Bases do Clima, aprovada a 31 de dezembro de 2021, estabelece o quadro para a definição de estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas. A nossa integração no Plano Intermunicipal da CIM Alto Minho é um passo positivo, mas não substitui um Plano Municipal próprio. Em termos de governação climática, o ideal e o mais alinhado com o enquadramento legal e técnico, é ter os dois níveis: o intermunicipal e o municipal.

Um Plano Municipal de Ação Climática próprio permitiria identificar com muito maior precisão os riscos específicos do nosso território, designadamente o risco de incêndio, e definir medidas de adaptação ajustadas à nossa realidade. Para quando a elaboração deste instrumento? Existe uma calendarização?

5- Estamos em processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Esta é uma oportunidade única, que não se repete em décadas, para integrar de forma estrutural as medidas de Defesa da Floresta Contra Incêndios no ordenamento do território do concelho.

Num território em que a floresta representa uma parte muito significativa da área total, esta integração é obrigatória por lei e é uma exigência de bom senso. Isso significa, entre outras coisas: delimitar zonas de encosta e matos com restrições à construção; prever redes de faixas de gestão de combustível; assegurar acessos florestais adequados; e incorporar a prevenção estrutural de incêndios como critério de planeamento e não como afterthought.

Perguntamos ao Executivo: estas dimensões foram devidamente contempladas na revisão em curso? Houve consulta específica às entidades de proteção civil e ao ICNF neste processo?

6- Falta um mês para o fim do prazo legal para a limpeza de terrenos rurais. Que balanço faz o Executivo do cumprimento desta obrigação no nosso concelho? Está a fiscalização a ser efetivamente exercida? O mecanismo legal de substituição municipal para os casos de incumprimento por parte dos proprietários tem sido utilizado?

Sabemos que a prevenção de incêndios rurais é um problema complexo, que envolve proprietários privados, entidades públicas a vários níveis, condições climáticas crescentemente adversas e décadas de abandono rural acumulado, não ignoramos essa complexidade.

Mas a complexidade do problema não pode servir de desculpa para a inação municipal, o município tem instrumentos, tem competências e tem a obrigação de os usar com determinação.

O PS continuará a acompanhar esta matéria com a atenção e o rigor que ela merece, porque as nossas aldeias merecem um Verão mais seguro.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez





**Intervenção sobre Desenvolvimento Sustentável e Ambiente**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do PSD saúda e enaltece o conjunto de medidas adotadas pelo Executivo da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez no domínio do desenvolvimento sustentável e do ambiente, que refletem um compromisso claro com o futuro do concelho e com a qualidade de vida das suas populações.

Arcos de Valdevez é um concelho abençoado por uma natureza excecional, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, as serras, os vales, os rios e as brandas constituem um património natural insubstituível, que é simultaneamente a maior riqueza e a maior responsabilidade do município. Não podemos esquecer que todo este território integra a Reserva Mundial da Biosfera da UNESCO Gerês-Xurés, um reconhecimento internacional que distingue a harmonia entre a natureza e a atividade humana e que coloca sobre nós um dever acrescido de proteção, gestão responsável e visão estratégica. Ser Reserva da Biosfera não é apenas um título honorífico; é um compromisso com padrões elevados de sustentabilidade, conservação e desenvolvimento equilibrado.

Preservar este território não é apenas uma obrigação ambiental, é uma condição essencial para a atratividade turística, para a fixação de população e para o desenvolvimento económico sustentado do interior. Num mundo em que as alterações climáticas ameaçam crescentemente os ecossistemas e a vida das comunidades rurais, um município como Arcos de Valdevez não se pode dar ao luxo de ser passivo. Tem, pelo contrário, a obrigação de ser pioneiro protegendo o que tem, valorizando o que é seu e antecipando os desafios que aí vêm.

Na gestão de resíduos, destacam-se a aquisição de abrigos de contentores de bioresíduos com fechadura eletrónica RFID, modernizando a recolha seletiva, o reforço da capacidade de recolha indiferenciada, a contratação da SUMA para a recolha de resíduos, um reforço específico para o período de verão e a manutenção de assistência técnica para a viatura cem por cento elétrica afeta à recolha de bioresíduos, sinal inequívoco de aposta na descarbonização da frota municipal.

Na gestão florestal e prevenção de incêndios, o Município celebrou protocolos com equipas de sapadores florestais com a Associação Florestal Atlântica, a Associação Florestal do Lima e os Baldios de Cabreiro, Gavieira e

A5-2



**GRUPO MUNICIPAL DO PSD**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**

Soajo, assegurando a gestão de combustíveis nos terrenos municipais e nos parques industriais, a manutenção da rede secundária de faixas de gestão de combustível, o programa de destruição de ninhos de vespa asiática e a participação num protocolo com a CIM Alto Minho para a coordenação do combate a incêndios rurais no território do Alto Minho.

Em matéria de biodiversidade e valorização ambiental, merece particular destaque o protocolo estabelecido com a REN e os Baldios de São Jorge para a instalação de um pomar de laranjeiras de Ermelo nas faixas de servidão elétrica, conjugando a valorização de um produto endógeno, a promoção da biodiversidade e o reforço da resiliência ao risco de incêndio rural. A este propósito, somam-se o programa “Mitigar o Antropoceno”, dedicado à sensibilização e formação da comunidade para as alterações climáticas, e o projeto europeu LIFE REVIVE 2026–2030, focado no restauro de ecossistemas fluviais, no cumprimento da Diretiva-Quadro da Água e na preparação para as exigências da Lei Europeia do Restauro da Natureza, com um envelope financeiro de 524.095€ de custos elegíveis, dos quais 314.457€ financiados pela União Europeia, uma demonstração clara da capacidade do Município em captar fundos europeus para causas ambientais estruturantes.

No domínio do saneamento e do abastecimento de água, prosseguem obras de expansão da rede de saneamento a sudoeste do concelho em três lotes, a extensão da rede em vários locais, pequenas ampliações do abastecimento de água com intervenções de proteção civil, e o controlo analítico da qualidade da água das piscinas municipais, do Rio Vez e a monitorização de Legionella, garantindo os padrões de segurança sanitária que os munícipes merecem.

Na eficiência energética, além da já referida frota elétrica, avança o projeto de criação de uma rede de calor junto à Igreja de São Jorge, solução de energia renovável de proximidade com potencial para ser replicada noutros equipamentos municipais.

O Grupo Municipal do PSD reconhece e valoriza este conjunto de iniciativas, que demonstram que é possível conciliar o desenvolvimento do concelho com o respeito pelo ambiente, pela natureza e pelas gerações futuras. Arcos de Valdevez afirma-se, assim, como um município atento aos desafios do nosso tempo e à altura das responsabilidades que lhe cabem.

Muito Obrigada.

30 de Abril de 2026





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30 de abril de 2026**

**Período antes da ordem do dia**

**Comemoração dos 50 anos de poder autárquico em Portugal**

Assinalam-se em 2026 cinquenta anos sobre a realização das primeiras eleições autárquicas democráticas em Portugal, realizadas em 12 de dezembro de 1976, na sequência do processo de democratização iniciado com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Este momento histórico marcou o nascimento do poder local democrático, consagrando a autonomia das autarquias e permitindo que os cidadãos passassem a eleger diretamente os seus representantes municipais e de freguesia. Desde então, o poder autárquico tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades locais, na promoção da participação cívica e na consolidação da democracia.

Neste contexto, e considerando a relevância desta efeméride para a história do concelho de Arcos de Valdevez, entende-se que é da maior justiça institucional promover uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal dedicada à evocação dos 50 anos do poder autárquico democrático.

Essa sessão assumirá igualmente um caráter de homenagem pública a todos aqueles que, ao longo destas cinco décadas, exerceram funções autárquicas no concelho, designadamente:

- Eleitos da Câmara Municipal;
- Eleitos da Assembleia Municipal;
- Eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia.

Tal iniciativa permitirá reconhecer o contributo cívico e institucional de todos os autarcas que, desde 12 de dezembro de 1976, serviram o município e as suas freguesias, independentemente da sua filiação política, valorizando o papel do poder local na construção do desenvolvimento e da coesão territorial.

Assim, o grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal, hoje aqui reunida, aprove esta proposta para que a Assembleia Municipal promova, **em articulação com o Executivo Municipal, uma sessão solene comemorativa dos 50 anos do poder local e das primeiras eleições autárquicas, aberta à participação de toda a comunidade, a ter lugar em Agosto, momento em que mais arcuenses, residentes e da diáspora, se reúnem no nosso concelho e podem prestar também tributo aos homens e mulheres que serviram e servem a sua terra, particular e simbolicamente a todos aqueles que exerceram funções de Presidente da Câmara e de Assembleia Municipal.**

Arcos de Valdevez, 29 de dezembro de 2025,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



A7



GRUPO MUNICIPAL DO PSD  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

**Voto de Louvor à II Edição do Alto Minho Science Fest**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

É com sentido de responsabilidade e orgulho que intervenho para destacar um acontecimento que marcou de forma muito positiva a vida do nosso concelho: a **segunda edição do Alto Minho Science Fest**. Este evento voltou a demonstrar a capacidade de Arcos de Valdevez para promover iniciativas de grande qualidade, relevância educativa e impacto regional, afirmando-se como um verdadeiro espaço de encontro entre ciência, criatividade e comunidade.

A edição deste ano mobilizou escolas, famílias, investigadores, professores, instituições e empresas, criando um ambiente vibrante onde o conhecimento foi partilhado de forma acessível, envolvente e inspiradora. Durante vários dias, o concelho transformou-se num palco de experiências, oficinas, palestras e atividades que despertaram curiosidade e entusiasmo em participantes de todas as idades.

Em nome do **Grupo Municipal do PSD**, quero expressar um profundo reconhecimento à **organização do evento**, que demonstrou competência, rigor e uma notável capacidade de coordenação. O trabalho realizado foi exemplar e merece ser publicamente valorizado.

Quero igualmente saudar todas as **instituições parceiras**, públicas e privadas, que se associaram a esta iniciativa, contribuindo com conhecimento, recursos e dedicação. O sucesso do Science Fest é também o reflexo desta rede de cooperação que engrandece o nosso concelho.

Uma palavra especial para os **professores**, que tiveram um papel determinante no envolvimento das escolas e dos alunos, e para os **voluntários**, cujo entusiasmo, entrega e sentido de missão foram essenciais para o bom funcionamento do festival. A sua participação foi decisiva e merece ser destacada.

E é igualmente justo **felicitar o Município de Arcos de Valdevez**, na pessoa do seu executivo, pela aposta contínua na educação, na ciência e na cultura como pilares de desenvolvimento. Este evento não é apenas um momento anual; é uma afirmação da visão estratégica do concelho e da capacidade de mobilizar a comunidade em torno do conhecimento e da inovação.

Por tudo isto, apresentamos este **Voto de Louvor**, reconhecendo o mérito de todos os que contribuíram para o sucesso desta segunda edição do Alto Minho Science Fest e **reafirmando o orgulho que sentimos por ver Arcos de Valdevez liderar iniciativas que inspiram, transformam e aproximam a ciência das pessoas.**

Muito obrigado.

30 de Abril 2026

Tânia Alves



## Assembleia Municipal de 30 de abril de 2026

### Voto de louvor

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro Salvador e Sta Cristina vem propor um voto de louvor aos funcionários municipais responsáveis pelos jardins da vila. A equipa chefiada pela Engenheira Armanda Lago Gonçalves tem realizado um trabalho excecional nos nossos jardins. Destaco a Avenida Dr. Osvaldo Gomes, que tem sido tão elogiada por muitos, e as rotundas, que estão sempre embelezadas com flores da época. É possível notar o gosto e orgulho que cada arcuense tem quando vê a vila tão bonita e cuidada. Para além disso, a boa imagem com que fica quem nos visita deve-se em muito ao trabalho desenvolvido por esta equipa. Estes funcionários fazem um trabalho notável, que se percebe que é feito com dedicação e com afinho e merecem uma palavra de agradecimento.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro Salvador e Sta Cristina propõe a esta Assembleia que aprove este voto de louvor e que seja dado conhecimento à Engenheira Armanda Lago Gonçalves e sua equipa e à Câmara Municipal.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Padreiro Salvador e Sta Cristina

António Maria Sousa





## Voto de Congratulação Ao Médico António Norton de Matos

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do PSD manifesta o seu mais profundo orgulho pelo feito histórico alcançado pelo médico arcuense **Dr. António Norton de Matos**, que realizou com sucesso o **primeiro transplante renal em Cabo Verde**, um marco de enorme relevância para o desenvolvimento da medicina naquele país e para todo o espaço lusófono.

Natural de **Arcos de Valdevez**, onde nasceu e cresceu, o Dr. António Norton de Matos é herdeiro de uma tradição familiar marcada pelo serviço público, pela dedicação à medicina e pela coragem cívica, sendo filho do médico arcuense **António Maria do Carmo Pereira Júnior** e sobrinho-neto do conhecido **General e político português Norton de Matos**.

A sua ligação às origens e à comunidade arcuense constitui um motivo de especial orgulho, espelhando um percurso profissional exemplar, pautado pela competência, pela persistência e por um profundo humanismo.

Após **mais de uma década de trabalho persistente** para tornar possível a realização de transplantes renais em Cabo Verde, o Dr. António Norton de Matos concretizou aquele que descreveu como **“um dos grandes sonhos da sua vida”**, contando com o apoio dos **Governos de Portugal e de Cabo Verde**.

O sucesso desta intervenção pioneira abre caminho a uma **nova etapa na autonomia clínica cabo-verdiana** e representa um contributo notável para a melhoria da qualidade de vida de centenas de doentes.

Este feito extraordinário honra não apenas o seu nome, mas também o nome de **Arcos de Valdevez**, que vê reconhecida, uma vez mais, a excelência dos seus filhos e o impacto positivo que podem ter no mundo.

Assim, são endereçados ao **Dr. António Norton de Matos** os mais calorosos parabéns e votos das maiores felicidades, desejando-lhe contínuo sucesso na sua carreira e nos projetos que venha a desenvolver.

**Muito obrigada.**

*Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026*

### **Congratulação ao Movimento Associativo**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Caros Arcuenses,

O Grupo Municipal do PSD deseja hoje manifestar o seu reconhecimento público ao movimento associativo de Arcos de Valdevez, que continua a demonstrar uma vitalidade exemplar e um contributo decisivo para o desenvolvimento social, cultural e desportivo do nosso concelho. As nossas associações são, há décadas, um dos pilares mais sólidos da identidade arcuense. São espaços de participação, de voluntariado, de formação e de comunidade. São, acima de tudo, uma força viva que engrandece Arcos de Valdevez e projeta o nosso território muito para além das suas fronteiras.

É por isso justo destacar um conjunto de iniciativas e conquistas recentes que ilustram bem esta dinâmica. O Moto Clube de Arcos de Valdevez voltou a afirmar-se com a 27.ª edição do ARCOS TT, o maior evento de Todo-o-Terreno Turístico da Europa, que integrou mais de 90 km de percurso, a Expo Arcos TT, momentos de freestyle com Rui Armada e o tradicional Baile ARCOS TT, tendo o dia 7 de março como ponto alto.

No plano desportivo individual, saudamos Celina Peneda, da Academia Desportiva de Arcos de Valdevez, convocada pela Federação Portuguesa de Atletismo para representar Portugal, pela segunda vez, no Torneio Ibérico de Provas Combinadas, competindo no pentatlo. Saudamos igualmente Juliana Galvão, também da Academia Desportiva, pela conquista da medalha de bronze no Campeonato Nacional da Meia Maratona de Marcha em Estrada.

A freguesia do Vale acolheu a prova “Porta do Gião”, integrada nas Festas de Nossa Senhora do Vale, envolvendo dezenas de atletas num Trail de 16 km e numa Caminhada de 10 km, numa organização conjunta da Junta de Freguesia, do Centro Social e Paroquial, da Paróquia e do Município.

O Arcas Futsal voltou a promover o desporto jovem com o seu torneio Sub-9, reunindo várias equipas da região. Promoveu também um encontro de futsal de traquinas e petizes, com 8 equipas.

Arcos de Valdevez recebeu ainda o primeiro Torneio de Padel da Ordem dos Engenheiros Região Norte, reforçando a atratividade desportiva do concelho. O Clube de Padel e Ténis dos Arcos dinamizou o evento NONSTOP Padel no Complexo de Padel e Ténis e promoveu o segundo PTAV Ténis Open Day, que voltou a ser um sucesso. A primeira edição do Torneio de Padel do Vez marcou o início de um novo ciclo para a modalidade no concelho, com dois dias de competição e convívio. Assinalamos também



GRUPO MUNICIPAL DO PSD  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

os 20 anos da Associação Sorriso, duas décadas de afetos, solidariedade e preservação de tradições.

A ADECAS, de Aboim-Sabadim, realizou mais uma edição do tradicional Torneio de Páscoa Veteranos'26, fortalecendo o convívio desportivo.

A Associação Arte\_Dança – Dance Fuel voltou a destacar-se no AllDance Portugal 2026, levando 30 bailarinos, 35 coreografias e conquistando um conjunto expressivo de prémios, incluindo cinco primeiros lugares.

A Associação de Radiomodelismo de Arcos de Valdevez realizou uma ação de demonstração no Campo do Trasladário, divulgando uma modalidade técnica e formativa.

A iniciativa NGPS na Rota de Santa Cruz reuniu 450 participantes, promovendo o turismo ativo. O Minho Run Club realizou o seu primeiro evento oficial no concelho, juntando dezenas de adeptos ~~da~~ <sup>de</sup> corrida.

O Clube de Rugby de Arcos de Valdevez organizou o torneio internacional “Primavera Rugby Fest”, reunindo cerca de 500 atletas de Portugal e Espanha, dos escalões sub-6 a sub-12, reforçando a importância do rugby na formação desportiva local. A equipa Feminina Sport/CRAV conquistou a Taça de Portugal e volta a fazer a dobradinha pelo segundo ano consecutivo.

Saudamos ainda o primeiro Festival Folclórico “Estrela do Norte”, em honra de Nossa Senhora da Guia, que valorizou o nosso património cultural e as tradições que nos definem enquanto comunidade.

A Igreja de Sabadim e a Igreja da Misericórdia encheram-se para o concerto “Memória da Paixão”, pelos alunos e professores do Conservatório de Artes de Valdevez.

A Associação Betânia do Vez promoveu a segunda edição do Encontro da Lampreia, que ultrapassou os 80 participantes.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Todos estes exemplos demonstram que o movimento associativo arcuense continua a ser um motor essencial de participação, identidade e progresso. O trabalho destas associações, muitas vezes voluntário, silencioso e profundamente dedicado, merece ser reconhecido, valorizado e apoiado. Em nome do Grupo Municipal do PSD, deixamos uma palavra de profunda gratidão a dirigentes, atletas, artistas, voluntários, treinadores, colaboradores e a todos os que dedicam o seu tempo ao bem comum do associativismo, parabenizando igualmente todos os resultados alcançados, que tanto dignificam Arcos de Valdevez e elevam o nome do nosso concelho.

Arcos de Valdevez é maior graças a vocês.

Muito obrigado.

30 de Abril



**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30  
 de abril de 2026**

**Ponto 1 – relatório de atividade**

Voltamos ao Campo do Trasladário, não para repetir o que já dissemos sobre a oportunidade desta obra; voltamos porque a obra já começou e os arcuenses estão a pagar o preço de uma execução que não foi devidamente preparada.

Primeiro a sinalética, ao fim de meses de obra. A situação no trânsito da vila continua a ser um caos, a informação existente é insuficiente e mal posicionada. Reclamamos medidas concretas e imediatas, reforço da sinalização nos pontos de entrada da vila e presença ativa da GNR para travar o estacionamento em dupla fila nas artérias alternativas. Cada dia sem ação é mais um dia de prejuízo para os nossos comerciantes e de má imagem para quem passa por Arcos.



Segundo: o piso da artéria principal, esta é uma pergunta simples, mas fundamental: existe uma decisão técnica sustentada sobre qual será o piso definitivo? Se a resposta não for clara, dizemo-lo com toda a seriedade, é agora o momento de pensar bem, e não depois. Refazer custa exponencialmente mais, e quem paga são os arcuenses.

Terceiro, os custos e os prazos.

Qual o valor real, à data de hoje da “derrapagem” da obra?

O cronograma está a ser cumprido?

A fiscalização municipal está a exigir o cumprimento contratual à empresa adjudicatária?

E a pergunta de fundo mantém-se: esta obra vai efetivamente melhorar as acessibilidades, que era, afinal, o seu propósito declarado? Ou ficamos com estética, sem funcionalidade?

Arcos de Valdevez merece obras que mudem vidas, que façam sentido e merece, pelo menos, que as que já começaram sejam bem geridas.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,  
 Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

*José Barros*





GRUPO MUNICIPAL DO PSD  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVZ

**Balanço das Atividades Culturais e Comunitárias**

**Fevereiro a Abril**

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do PSD de Arcos de Valdevez apresenta hoje um balanço das iniciativas culturais e comunitárias realizadas no concelho entre os meses de fevereiro e abril. Este período ficou marcado por um conjunto muito significativo de atividades que demonstram o dinamismo do nosso território, a força das nossas tradições e o envolvimento das nossas instituições e associações.

Começamos por destacar as comemorações **do Mês da Mulher**, pelo município e as que decorreram em várias freguesias do concelho, arcos de Valdevez (Salvador) Vila Fonche e Parada, Eiras e Rio Frio, e que contaram com a colaboração de diversas associações locais. Foram homenageadas mulheres de vários setores laborais e distribuídas lembranças nas IPSS do concelho, numa demonstração clara de reconhecimento e valorização do papel fundamental da mulher na sociedade arcuense.

Em Soajo destacar o evento gastronómico **“Da Branda ao Pote”** destacou-se como um dos grandes momentos de celebração da identidade serrana, valorizando os sabores tradicionais e reforçando o orgulho nas raízes comunitárias. A este juntou-se o **Arraial da Tosquia**, que enalteceu os saberes pastorícios e o espírito de união que caracteriza a região. No **setor pecuário**, o Concurso da freguesia do Vale evidenciou a qualidade das raças Cachena, Barrosã e Minhota, realizou juntamente um passeio a cavalo que reuniu cerca de 50 cavaleiros, conjuntamente teve um lugar a tradicional corrida de garranos, que contou com 22 inscritos e proporcionou grande espetáculo na pista de Nossa Senhora do Vale, enquanto a freguesia de Oliveira acolheu o seu Concurso Pecuário integrado na Romaria de Nossa Senhora das Boas Novas, unindo fé, tradição e território. A freguesia do Couto recebeu a iniciativa **“Histórias e Saberes da Minha Aldeia”**, dedicada à recolha e partilha de memórias e tradições entre gerações. Já a freguesia de Sistelo dinamizou, uma vez por mês, o **Mercado das Terras do Alto Vez**, promovendo os produtos locais e fortalecendo a economia e identidade cultural do território. Conjuntamente, todas estas iniciativas revelam um concelho que vive, preserva e projeta com orgulho o seu património cultural.

No campo gastronómico, o evento **Arcos à Mesa – Cabrito à Moda dos Arcos** voltou a atrair muitos visitantes e a dinamizar a restauração local, promovendo um dos pratos mais emblemáticos da nossa tradição culinária.

Destacamos igualmente o projeto desenvolvido pela Câmara Municipal em parceria com a Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca e com a Associação Amigos da Terra de Padroso, que visa reintroduzir práticas agrícolas tradicionais em várias freguesias. A plantação da batata em Padroso marcou o **início de um ciclo de sementeiras** que decorrerá ao longo do ano, promovendo a sustentabilidade, a preservação das tradições e a valorização do mundo rural.



## GRUPO MUNICIPAL DO PSD ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVES

No início de abril, o concelho uniu-se para assinalar o **Dia da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância**. A comunidade vestiu azul, colocou o laço ao peito e participou numa iniciativa que envolveu várias entidades e associações, reforçando o compromisso coletivo com a proteção das crianças e com a sensibilização para esta causa tão importante.

No âmbito da valorização das tradições rurais, realizaram-se também a exposição de bois e carros de bois, a eleição da Rainha das Vindimas e da Canção Rural, bem como o tradicional **cortejo “Bois da Páscoa”** pelas principais artérias da vila. Cerca de 70 exemplares bovinos, apresentados por produtores locais, desfilaram ricamente adornados, preservando práticas ancestrais que fazem parte da identidade cultural do nosso concelho.

**A Páscoa Encantada na Porta do Mezio** trouxe um conjunto de atividades dirigidas a toda a família, reforçando a atratividade turística daquele espaço e promovendo o contacto com a natureza num dos locais mais emblemáticos do concelho. O Paço de Giela foi palco de mais uma edição “Sai da Casca e vem ao Paço”, enchendo-se de cor, animação e espírito festivo, revelou-se um assinalável sucesso.

**O festival Sons de Vez** encerrou mais uma edição com enorme sucesso. Ao longo de oito sábados consecutivos, e com uma taxa de adesão superior a 95%, a Casa das Artes voltou a afirmar-se como uma referência nacional na programação cultural, trazendo ao concelho centenas de pessoas e reforçando a sua posição no panorama artístico do país.

Registamos também a presença do Presidente da Câmara em várias iniciativas internacionais, nomeadamente nas comemorações do 18.º aniversário da **Casa dos Arcos em Bordéus**, na Feira de Produtos Regionais Portugueses e da Ruralidade **em Nanterre**, e num convívio solidário da Associação Amigos dos Arcos em **Toronto**, em prol **Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez**. Estas participações reforçam a ligação às comunidades emigrantes e contribuem para a promoção do concelho além-fronteiras.

Por fim, destacamos o grande evento que terá lugar este fim de semana: a **Expovez**, que celebra a sua 24.ª edição. Com cerca de 145 expositores e 100 empresas do concelho e da região, o certame volta a afirmar-se como uma montra do tecido económico local, abrangendo áreas como indústria, comércio, serviços, artesanato, produtos regionais, restauração e animação. O Mundo Rural continuará a ter um lugar de destaque, reforçando a importância desta atividade para o desenvolvimento do território.

Este conjunto de iniciativas realizadas entre fevereiro e abril demonstra bem a vitalidade cultural, social e económica do concelho. Demonstra também o empenho das associações, das freguesias, das instituições e da comunidade arcuense, que continuam a contribuir para um concelho mais dinâmico, mais participativo e mais coeso.

O Grupo Municipal do PSD regista positivamente este dinamismo e reafirma a importância de continuar a promover eventos que valorizem a identidade local, reforcem a coesão social e projetem Arcos de Valdevez no panorama regional, nacional e internacional.

Muito obrigado.

30 de Abril 2026



**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30  
de abril de 2026**

**Ponto 1 – relatório de atividade**

Na reunião de 14 de abril do presente mês, foi aprovada a abertura de procedimento para a aquisição de serviços destinados à gestão operacional, recolha, guarda e entrega da receita proveniente das zonas de estacionamento de duração limitada em Arcos de Valdevez.

Este procedimento, uma vez adjudicado e devidamente homologado, implicará a entrada em funcionamento dos parquímetros no centro da vila.



Nada teríamos a objetar a esta medida, que poderia até ser considerada adequada em circunstâncias normais. No entanto, a realidade atual do centro urbano está longe de ser estável ou organizada.

Efetivamente, a vila encontra-se num contexto de forte constrangimento, com obras em vários pontos, alterações sucessivas de sentidos de trânsito em diversas artérias e uma significativa redução de lugares de estacionamento disponíveis. Acresce ainda a ocupação de alguns desses espaços por esplanadas e a recorrente prática de estacionamento em segunda fila, que dificulta seriamente a circulação em vias estruturantes da vila.

Neste enquadramento, a introdução de um sistema de estacionamento tarifado vem acrescentar uma nova dificuldade a um cenário já de si bastante complexo, penalizando ainda mais a mobilidade, em particular das pessoas mais idosas ou com mobilidade reduzida, que dependem do acesso facilitado ao comércio local e aos serviços existentes no centro.

Assim, Sr. Presidente, apelamos a que reconsidere a implementação desta medida nesta fase, ponderando o seu adiamento até à normalização das condições de circulação no centro da vila, bem como até à concretização do novo parque de estacionamento, que permitirá aumentar significativamente a oferta de lugares e melhorar a capacidade de resposta às necessidades de quem vive, trabalha e visita o nosso concelho.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,  
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista





**GRUPO MUNICIPAL DO PSD  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**

**AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO**

O Grupo Municipal do PSD saúda e reconhece, a estratégia e o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Arcos de Valdevez na identificação e definição de políticas e intervenções direcionadas para os campos da ação social e da habitação.

Ninguém duvidará da importância destes dois pilares, essenciais ao desenvolvimento humano, bem assim, à verdadeira coesão social, saúde e bem-estar.

Se do Estado se espera os meios necessários, das câmaras municipais, urge a promoção e assertividade na segurança, na dignidade, e na inclusão de todos aqueles cujas vulnerabilidades económicas, sociais, entre outras, são manifestas realidades.

Assim sendo, importa analisarmos objetivamente todas as medidas de apoio social implementadas e o estado das políticas municipais de habitação.

**Na habitação, destacamos:**

- a construção de 10 fogos no Lugar da Eira Velha em Parada (96% de execução);
- a construção de 8 fogos sociais na Portela em Souto (90% de execução);
- a reabilitação de 28 fogos na Quinta da Capela em Vila Fonche;
- a residência partilhada de emergência social em Parada já a 100%;
- De igual modo, dois novos contratos RAV (Renda Acessível em Valdevez), o 7.º e 8.º contrato;
- A gestão de 36 subsídios ao arrendamento habitacional, 70 contratos de arrendamento apoiado, 8 contratos de arrendamento



jovem e 8 contratos RAV revela, inequivocamente, um esforço habitacional significativo.

**No plano social,**

- Relevamos, o 2.º Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2026-2029 aprovado;
- Relevamos também, os protocolos de acesso a consultas de especialidade nas clínicas do concelho e o Programa de Apoio à Vacinação Infantil em preparação.

Para terminar, apelamos à constante escuta ativa das verdadeiras necessidades das famílias, através da sua identificação e sinalização, enquadradas, sempre, nas competências do município.

Muito obrigado pela vossa atenção!



**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30  
de abril de 2026**

**Ponto 1 – relatório de atividade**

Sr. Presidente,

trazemos hoje duas questões prementes relacionadas com a segurança de duas infraestruturas de utilização pública no nosso concelho.

Em primeiro lugar, as escadas da Quelha das Hortas constituem um dos locais mais perigosos da nossa vila para quem delas faz uso. São frequentes os acidentes, muitos deles com consequências graves resultantes de escorregamentos. Não basta, porém, a mera colocação de uma placa a alertar para o piso escorregadio.



Caso esta infraestrutura seja da responsabilidade do condomínio, importa que seja instado a promover as devidas melhorias nas condições de circulação, nomeadamente através da correção da aderência do piso. Caso se trate de uma infraestrutura pública, deverá a intervenção ser devidamente articulada com a Junta da União das Freguesias de Arcos (São Salvador), Vila Fonche e Parada.

O que não é aceitável é manter esta situação sem intervenção, enquanto se continuam a registar, de forma recorrente, quedas e acidentes. Apelamos, por isso, à adoção urgente de medidas que reforcem a segurança desta escadaria.

Em segundo lugar, retomamos o tema já aqui trazido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvora e Loureda, mas que pela sua importância e extensão a todo o concelho importa reforçar. Regista-se que várias infraestruturas rodoviárias do concelho têm vindo a sofrer danos significativos em resultado da circulação de camiões afetos ao transporte de cargas no âmbito da instalação da linha de alta tensão Ponte de Lima–Fontefria.

São exemplos disso a Estrada Municipal 505, que liga o cruzamento de Aspra à Ponte de Vilela, bem como a N202-2, que liga a sede do concelho a Sistelo, sendo que o troço final em direção ao concelho de Monção, na Portela do Alvite, se encontra particularmente afetado.

Assim, questionamos o Sr. Presidente se efetivamente reuniu com a empresa responsável pela implementação desta empreitada no sentido de perceber se efetivamente está prevista, no âmbito da mesma, a reposição integral das condições adequadas de circulação e conservação das referidas vias.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,  
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30  
de abril de 2026**

**Ponto 1 – relatório de atividade**

Queremos deixar registada, no âmbito do relatório de atividade, a nossa posição sobre uma deliberação que nos merece sérias reservas e que diz respeito a uma instituição que está na primeira linha da proteção das pessoas e dos bens dos arcuenses, os Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez.

O Protocolo de Cooperação Técnico-Financeira celebrado entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, vigente desde agosto de 2011, chegou ao fim do seu prazo, a Associação solicitou a sua renovação, propondo um apoio anual de 110.000 euros.



O executivo municipal contrapropôs 80.000 euros, o mesmo valor do ano anterior, sem qualquer reforço, sem qualquer atualização e, consideramos, sem a devida ponderação do contexto em que os Bombeiros operam hoje.

Os dois vereadores do PS em reunião de câmara defenderam um valor de 90.000 euros. Esta Assembleia deve saber que subscrevemos inteiramente essa posição

Uma inconsistência que não podemos ignorar, este executivo tem revelado, ao longo do seu mandato, uma disponibilidade notável para apoiar financeiramente associações, grupos e movimentos dos mais variados tipos e bem, porque o associativismo é um pilar da nossa vida coletiva. Essa abertura é, em regra, louvável.

Mas há uma incongruência que não pode passar em silêncio: quando estamos perante os Bombeiros Voluntários, uma corporação que cumpre uma missão de serviço público essencial, que opera sob pressão crescente, em condições cada vez mais exigentes, e que protege vidas humanas, o executivo opta pela contenção, não acompanhamos esta lógica e não a aceitamos.

O contexto mudou e muito, quando a Câmara Municipal reuniu com a Associação para fixar o valor de apoio, o contexto era já difícil, desde então, deteriorou-se.

O nosso concelho registou, em 2024, o maior número de ignições do país, 259 ocorrências, com mais de 2.300 hectares ardidos.

Em 2025, voltámos a integrar o grupo dos municípios com maior área ardida nacional e o que o mês de março deste ano demonstrou, de forma inequívoca, é que os incêndios rurais já não têm época: ocorrem fora do período coberto pelo DECIR, em condições meteorológicas adversas, exigindo mobilização de meios sem o suporte logístico reforçado que a fase Bravo proporciona. Cada intervenção fora de época tem custos, em combustível, em desgaste de equipamentos, em horas extraordinárias.







A este cenário acresce um inverno que foi, por si só, excecionalmente exigente, várias tempestades afetaram o país e o nosso concelho, com chamadas sucessivas à corporação para ocorrências de proteção civil que extravasam largamente o combate a incêndios.

Os Bombeiros estiveram lá, como estão sempre.

E os custos dos combustíveis, num contexto de crise energética prolongada e de volatilidade imprevisível, continuam apesar de forma determinante no orçamento de qualquer corporação que depende de uma frota operacional permanentemente disponível.

Manter o apoio no valor do ano transato, ignorando este conjunto de fatores, não é prudência financeira, é uma opção que pode comprometer a capacidade operacional de uma instituição que não tem o luxo de reduzir a sua prontidão.

O Grupo Municipal do PS defende o reforço do apoio para 90.000 euros, não é um valor arbitrário, é um sinal concreto de que o município reconhece o esforço acrescido que esta corporação tem sido chamada a fazer, e que está ao seu lado.

Defendemos igualmente que o protocolo a celebrar inclua um mecanismo de acompanhamento regular da situação financeira da instituição, nomeadamente no que respeita à evolução dos custos dos combustíveis, permitindo ao município atuar de forma preventiva e não apenas reativa, porque quando os Bombeiros ficam sem capacidade de resposta, já é tarde.

Arcos de Valdevez não pode ter no pódio nacional dos incêndios e tratar os seus Bombeiros Voluntários com menos do que merecem, esta Assembleia tem voz e a nossa é clara.

*Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026*

*Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez*



417-1

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**



Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa,

Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores,

Sras. e Srs. Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do PSD destaca que a Autarquia encerrou o exercício de 2025 com a maior execução orçamental de sempre, atingindo cerca de 37,9 milhões de euros de receita e 37,7 milhões de euros de despesa, assegurando uma gestão equilibrada, rigorosa e cumpridora dos limites legais de endividamento. **A poupança corrente, próxima dos 6,8 milhões de euros,** permitiu reforçar o investimento público e sustentar as Grandes Opções do Plano, ao mesmo tempo que a dívida municipal se manteve controlada e com prazos médios de pagamento exemplares, o que só demonstra que a Autarquia encontra-se numa situação económica e financeira equilibrada e estável.

O ano de 2025 foi marcado por desafios exigentes, mas também por importantes concretizações. Desde logo, o Município reforçou a capacidade de investimento municipal, sustentada numa execução orçamental sólida, na estabilidade financeira e na eficaz mobilização de fundos comunitários e nacionais. Esta estratégia permitiu avançar com projetos estruturantes para o desenvolvimento sustentável e harmonioso de Arcos de Valdevez.

Ao longo do ano, o Município concretizou um conjunto muito significativo de investimentos estruturantes que reforçaram a capacidade de resposta do concelho, contribuindo assim para melhores condições de vida, maior coesão social e reforço da competitividade do concelho. **Na educação e conhecimento foram aplicados mais de 2,2 milhões de euros,** garantindo melhores condições para alunos e famílias, desde a ação social escolar à



modernização tecnológica e à reabilitação de espaços educativos. **Na saúde e ação social, o investimento aproximou-se de 1,3 milhões de euros**, permitindo avançar com a requalificação do Centro de Saúde, ampliar respostas sociais e apoiar programas de proximidade.

**A habitação foi uma prioridade clara, com mais de 3,4 milhões de euros** destinados à Estratégia Local de Habitação, à construção e reabilitação de fogos sociais e ao apoio à habitação jovem. **No ordenamento do território, mais de 1 milhão de euros** foram aplicados na requalificação urbana e na melhoria das acessibilidades. **O património e a cultura beneficiaram de mais de 2,9 milhões de euros**, impulsionando projetos estruturantes como a reabilitação do antigo Cine-Teatro Alameda e a criação da Plataforma Criativa.

**O desporto, a vida saudável e o lazer receberam cerca de 1,6 milhões de euros**, reforçando infraestruturas e promovendo estilos de vida ativos. **Na rede de infraestruturas básicas e ambiente foram investidos mais de 2,4 milhões de euros**, garantindo melhorias nas redes de água, saneamento e resíduos. **A indústria e energia contaram com cerca de 900 mil euros**, permitindo avançar com o futuro Parque Empresarial do Alto da Prova e com medidas de eficiência energética. **Na rede de transportes e comunicações foram aplicados cerca de 2,4 milhões de euros**, reforçando a segurança e a mobilidade em todo o concelho. **O setor comercial, empresarial e turístico beneficiou de cerca de 2,1 milhões de euros**, dinamizando programas de apoio ao comércio local, aos produtores e ao investimento empresarial. **As freguesias receberam mais de 2,4 milhões de euros**, reforçando a cooperação autárquica e a capacidade de intervenção local. Por fim, **a administração geral, segurança e ordem pública registou mais de 1,6 milhões de euros** de investimento, permitindo modernizar serviços, reforçar meios e melhorar a resposta em situações de emergência.



417-3



**GRUPO MUNICIPAL DO PSD**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**

Os resultados alcançados são fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido em estreita articulação com as Juntas de Freguesia, instituições, associações, empresas e cidadãos, num compromisso permanente de proximidade, responsabilidade e transparência.

O parecer favorável do Revisor Oficial de Contas confirma a solidez económica e financeira do Município e valida a boa execução das políticas públicas implementadas ao longo do ano, reforçando a confiança na gestão municipal.

Face aos resultados apresentados e ao impacto positivo das ações desenvolvidas, o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente os documentos de prestação de contas e o relatório de atividades e gestão de 2025, documentos estes que demonstram de forma clara uma gestão equilibrada, prudente e orientada para resultados, reforçando o compromisso do Município com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população.

**Para o executivo da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez a Gerência de 2025 é reflexo de uma gestão responsável e próxima, em parceria com várias entidades e os arcuenses, em prol da construção de um concelho mais solidário, inovador, atrativo e sustentável e com mais oportunidades para todos.**

Muito obrigada.



**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30  
de abril de 2026**

**Ponto 2 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2025**

Estamos aqui, hoje, a cumprir um dos mais importantes atos da democracia local, a prestação de contas. Não um ritual, não uma formalidade. Um ato político, no sentido mais nobre da palavra, o momento em que o poder se coloca perante os cidadãos e lhes diz: eis o que foi feito com os vossos recursos, com o vosso dinheiro, com a vossa confiança.

E é nesse espírito, de respeito pela democracia e pelos arcuenses, que o Grupo Municipal do Partido Socialista intervém hoje.

Mas permitam-me começar por uma constatação que vai além dos números.

Há mais de cinquenta anos que a mesma força política governa Arcos de Valdevez, meio século. Duas gerações de arcuenses que nunca conheceram outra forma de gerir o seu município. Cinquenta anos de práticas instaladas, de redes de favorecimento consolidadas, de uma cultura de poder que já não se questiona a si própria, porque já nem sente necessidade de o fazer.

Não dizemos isto com amargura, dizemo-lo com responsabilidade, quando um sistema político permanece demasiado tempo no poder, sem alternância, sem escrutínio efetivo, sem que a oposição seja genuinamente incluída nos processos de decisão e de acompanhamento, cria-se uma fusão progressiva entre quem governa e as estruturas que deveria gerir com imparcialidade.

Nesse contexto, a opacidade não é um acidente, é um método, a falta de transparência não é um esquecimento, é uma escolha.

E a recusa do diálogo com a oposição não é arrogância episódica, é a expressão de um modelo de governação que mistura o interesse público do interesse partidário e esta é a diferença fundamental entre nós e quem hoje governa este município.

O Partido Socialista acredita e aqui residimos nós, à esquerda do espectro político, que o poder não é uma propriedade. É um mandato temporário, conferido pelos cidadãos, a ser exercido com humildade, com transparência e com a consciência de que a oposição não é um inimigo a neutralizar, mas uma voz legítima a incluir.

O PSD local parece ter esquecido isto, ou nunca o soube.

Entremos nos números, porque são os números que revelam as escolhas políticas reais, por detrás do discurso.

Em 2025, o Município de Arcos de Valdevez encerrou o exercício com um resultado líquido negativo de 1.026.161,26 euros. Em 2024, esse resultado negativo era de 638.620,84 euros.







---

Estamos perante um agravamento de mais de 60% num único ano.

A estrutura de custos supera consistentemente a capacidade de geração de rendimento próprio, o Município gasta mais do que gera.

E esta tendência não é conjuntural, é estrutural.

Mas o que nos foi apresentado? O EBITDA positivo de cerca de 6,5 milhões de euros. Uma métrica que, convenhamos, exclui precisamente os gastos que mais pesam na gestão municipal, as depreciações e os encargos financeiros, apresentar o EBITDA como indicador de saúde financeira, sem contextualizar o resultado negativo, não é transparência. É marketing.

A população merece saber a verdade inteira: após todos os gastos, o município fecha no vermelho, pelo segundo ano consecutivo, e com tendência de agravamento.

Dos rendimentos do Município, cerca de 20,5 milhões de euros provêm de transferências e subsídios, do Orçamento do Estado e de fundos comunitários, a receita própria é residual.

Isto não é, em si, uma falha, é a realidade de muitos municípios portugueses. Mas é uma vulnerabilidade séria que obriga a uma estratégia clara de redução desta dependência, especialmente num momento em que os fundos comunitários do atual quadro começam a esgotar-se e o próximo quadro plurianual europeu apresenta incertezas.

Que estratégia existe para este cenário? Não encontramos resposta nas contas apresentadas.

A maior rubrica de despesa do município são os fornecimentos e serviços externos: 11,4 milhões de euros. Um valor extraordinariamente elevado para um município desta dimensão, que merecia uma desagregação detalhada, transparente e fundamentada.

Quem presta estes serviços? Em que condições foram contratados? Houve concurso público em todos os casos? Existem relações de proximidade entre os prestadores e a estrutura política dominante?

São perguntas legítimas, são perguntas que os Arcuenses têm direito a ver respondidas.

O Município atribuiu 7,1 milhões de euros em transferências e subsídios, no Anexo VII do relatório, surgem valores superiores a 2 milhões de euros em várias linhas, mas o total apresentado ronda apenas os 3,7 milhões de euros.

Esta inconsistência aritmética não pode ser ignorada, ou os valores estão errados, ou a metodologia de apresentação é inadequada, em qualquer dos casos, a informação não é fiável.

Existe avaliação do impacto e dos critérios de atribuição destes subsídios? Que entidades os recebem? Com base em que critérios objetivos e públicos?

Sem esta transparência, não é possível distinguir apoio genuíno a causas de interesse público de instrumento de fidelização política.







Existem 4.785 bens registados no inventário com valor patrimonial zero, o próprio relatório reconhece que estes bens deveriam ter sido mensurados, mas que tal não foi possível por falta de recursos humanos.

Esta situação arrasta-se há anos. Representa uma falha grave no controlo patrimonial que prejudica a leitura real do balanço e a capacidade de tomar decisões fundamentadas sobre o uso e a gestão do património coletivo dos arcuenses.

Adicionalmente, os ativos da concessão elétrica, resultantes do contrato com a EDP, celebrado em 2001, por 20 anos, continuam por reconhecer nas contas do Município. Estes ativos pertencem ao Município. Onde estão no balanço?

A NCP 27, a norma que obriga à contabilidade de gestão, ao apuramento do custo real de cada serviço público prestado, continua por implementar.

Isto significa que o Município toma decisões de milhões de euros sem saber, com rigor, quanto custa cada serviço que presta. Sem saber se é mais eficiente fazê-lo internamente ou externalizar. Sem uma base sólida para a avaliação de desempenho e para a responsabilização.

Como é possível gerir bem aquilo que não se mede?

Dito o diagnóstico, recusamos ficar pela crítica. Porque a crítica sem proposta é apenas o eco do descontentamento.

Acreditamos genuinamente que Arcos de Valdevez pode ser governado de forma diferente. Não apenas com outros valores — mas com melhores resultados para as pessoas.

Propusemos, e voltamos a propor, a publicação online e em tempo real dos contratos públicos, das ajudas e subsídios atribuídos, dos pareceres jurídicos que fundamentam decisões relevantes. Não por obrigação legal mínima, mas como compromisso ético com os cidadãos que elegem e financiam este município.

Um município transparente não tem medo das perguntas, responde-lhes.

A dependência de transferências externas não desaparece por decreto, mas pode ser reduzida com estratégia. Isso implica identificar e desenvolver as fontes de receita própria do município: a valorização económica do território, o turismo de natureza, a economia local, a atração de investimento que respeite o ambiente e a identidade do Alto Minho.

Implica também uma revisão rigorosa das despesas com fornecimentos externos, com critérios públicos, concursos transparentes e avaliação regular.

Em três anos, com os recursos adequados, é possível mensurar os 4.785 bens com valor zero, reconhecer os ativos da concessão elétrica e implementar a contabilidade de gestão. Não é uma utopia, é gestão.

Este órgão não pode ser um simples validador das decisões do executivo. A Assembleia Municipal existe para escrutinar, para questionar.





A maioria governa, é assim que funciona a democracia, mas a democracia também diz que a minoria tem voz, e que essa voz pode ser uma contribuição valiosa para melhores decisões.

O Partido Socialista não pede cedências, pede escuta. Pede que as nossas propostas sejam analisadas com seriedade, que as nossas questões sejam respondidas com substância, e que os arcuenses possam perceber, por si próprios, quem está a governar para todos e quem governa apenas para os seus.

Por tudo o que foi exposto, pela tendência de agravamento dos resultados negativos, pelas inconsistências na informação financeira, pela ausência de respostas a questões legítimas, pela falta de uma estratégia clara de sustentabilidade, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota contra a aprovação das contas do ano de 2025.

Não é um voto de obstrução. É um voto de responsabilidade.

É o exercício do mandato que os arcuenses nos confiaram: o de escutinar, o de exigir melhor, o de recusar validar aquilo que não pode ser validado com a consciência tranquila.

Arcos de Valdevez é um concelho com uma identidade extraordinária, com um povo resiliente e trabalhador, com um território de beleza singular, com jovens que merecem um futuro aqui e não apenas a esperança de um futuro algures longe daqui.

Este município merece uma governação à altura do seu potencial.

Uma governação que não confunda lealdade partidária com serviço público.

Uma governação que não veja nos adversários políticos uma ameaça, mas uma oportunidade de pensar melhor.

Uma governação que saiba que a força de uma democracia local não se mede pelo número de mandatos consecutivos, mas pela qualidade de vida das pessoas que nela habitam, pela sua capacidade de decidir com liberdade e informação, e pela confiança que depositam nas suas instituições.

Essa é a governação que o Partido Socialista propõe. Com humildade, com determinação, e com a certeza de que se pode fazer diferente.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

Lito Lima





GRUPO MUNICIPAL DO PSD  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

419-1



Ponto 3

1/2

Exmo. Senhor Presidente da Mesa

Exmo. (s) Senhores Secretários

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmo. (s) Vereadores

Exmo.(s) senhores deputados

Exmo.(s) Senhores Presidentes de Junta

No âmbito da proposta de adequação da organização e da estrutura dos serviços municipais, importa destacar alguns aspetos que justificam esta reorganização.

Desde logo, o imperativo legal da criação do Gabinete Técnico Florestal na estrutura orgânica, assegurando o cumprimento das competências atribuídas aos municípios no domínio da defesa da floresta contra incêndios, nos termos da Lei n.º 20/2009, de 12 de maio.

Destaca-se igualmente a transferência do Serviço de Auditoria e Gestão, atualmente na dependência do Senhor Presidente da Câmara, para a Divisão Financeira. Esta opção enquadra-se numa lógica de reforço da eficiência organizacional, da coerência funcional e da racionalização dos recursos internos. Permitirá uma articulação mais direta entre a auditoria e a gestão financeira, promovendo maior celeridade na identificação de desvios, na implementação de medidas corretivas e na melhoria contínua dos procedimentos, contribuindo assim para uma gestão mais integrada e transparente.

Importa também sublinhar a preocupação com o reforço do apoio administrativo e logístico aos serviços operativos, através da criação de novas subunidades orgânicas. Esta medida permitirá uma distribuição mais



equilibrada das tarefas, reduzindo a sobrecarga das unidades existentes e aumentando a capacidade de resposta do Município.

2/2

No mesmo sentido, a separação da atual Divisão Administrativa e Financeira em duas unidades distintas constitui uma decisão relevante. Por um lado, a Divisão Administrativa, vocacionada para áreas como o expediente, contratação pública, gestão documental, recursos humanos, apoio aos órgãos autárquicos e atendimento, permitirá reforçar a qualidade, a celeridade e a eficácia dos processos administrativos. Por outro, a Divisão Financeira assegurará um acompanhamento mais rigoroso e especializado das matérias orçamentais, contabilísticas e de controlo financeiro, garantindo o cumprimento das normas legais e o reforço dos mecanismos de controlo interno.

A criação das novas unidades orgânicas insere-se, assim, numa estratégia de adaptação responsável da Câmara Municipal, com vista a evitar a sobrecarga dos serviços, melhorar a resposta aos processos administrativos e reforçar o controlo e o planeamento. Pretende-se não apenas redistribuir funções, mas também valorizar áreas de atuação especializadas e aumentar a responsabilização das chefias.

Esta reorganização não deve ser vista apenas como uma alteração interna, mas como um instrumento para melhorar a qualidade da decisão, a eficiência dos serviços e a resposta aos munícipes.

Em suma, considera-se necessária esta adequação da estrutura, como forma de garantir uma maior eficiência, transparência e qualidade na atividade municipal.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026





A20-1

### POSIÇÃO

### PONTO 3 | ADEQUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Vem a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez propor a esta Assembleia a aprovação da Proposta de Adequação da Organização e da Estrutura dos Serviços Municipais.

À primeira vista ficamos naturalmente satisfeitos e expectantes sobre o teor da proposta que o Executivo aqui fez chegar! Porquê? Pelo facto de que o grupo Municipal do CHEGA ter, a propósito da aprovação do *Mapa de Pessoal do Município*, na Reunião da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2025, alertado de que se tratava de uma mera formalidade administrativa da CM, portanto nada de extraordinário, mas que suscitado pelo acto e pela emergência de uma melhoria significativa no funcionamento do Serviço Público Municipal, logo indicamos de que era condição imperativa de que mandasse a CMAV elaborar um estudo de diagnóstico e respectiva proposta que visasse uma REFORMA para a modernização e eficiência administrativa, nomeadamente do Organigrama (Divisões / Serviços / Secções), do Fluxograma de Procedimentos, e naturalmente dos Recursos Humanos municipais. Preconizamos e defendemos a prestação do serviço público municipal em *Excelência*, face à actualidade e aos desafios que se aparentam, sem qualquer dúvida!

Posta a consideração prévia, num acto pomposo, enrolado numa 'narrativa' genérica mas pretensiosa, vem a Vereação dos Recursos Humanos do MAV, apresentar, a proposta plasmada no ponto 3, como se de algo estruturante, revigorante e transformador se tratasse, posição de que discordamos, e que nos merece cuidada atenção, nomeadamente, focados no seguinte:

- Onde está o Plano que vise o propósito, que diagnostique e fundamente as opções (nomeadamente com um inquérito à população, às empresas e aos funcionários municipais), que justifique uma visão global (não parcial nem redutora) e suficientemente abrangente sobre o que deverá ser o Serviço Público Municipal prestado nesta autarquia!?
- Onde está o Organigrama, que defina as Divisões, os Serviços, as Secções, a manter, a extinguir, a criar, a dividir, a unir, ..., e respectivo quadro de atribuições e das inerentes competências, perfis de cargos, perfis profissionais e perfis pessoais capazes de dar resposta às competências necessárias face às atribuições que viessem a ser definidas...!?
- O que nos é apresentado é uma proposta 'manca' redutora, muito parcial e incisiva na 'criação' de Unidades, onde se denomina cada uma, se determina uma licenciatura e um conjunto de pré-requisitos, à "*La Carte*"!!!;
- São estas as unidades estritamente necessárias, estas as correctas, únicas e possíveis licenciaturas exigidas, estes os únicos e precisos pré-requisitos eliminatórios!? Tratar-se-á de um 'putativo' acesso ao cargo/posição a outros profissionais, ou então de uma sublime alavanca posicional que importa a este executivo 'afagar'!

O Executivo apresenta-nos portanto uma olhada para ao *ramo*, talvez para o *galho*, ignora a *árvore* perde a noção da *floresta*. A proposta revela, inconsistência, incongruência, ausência de lógica, disformidade, redundância. Convidamos por isso, aos Deputados Municipais da maioria nesta AM, a olharem com olhos de ver, para a *folha*, e assim questionarem se está tudo certo, se está tudo bem...!

A20-2



Grupo Municipal  
Arcos de Valdevez

ASSEMBLEIA MUNICIPAL | 2025-2029



Arcos de Valdevez, 30 de Abril de 2026

Os deputados municipais do Partido CHEGA

EU ALBANO JOSÉ FERNANDES DE ARAÚJO MANIFESTO ADIREÇÃO NESSE PULO  
Albano Araújo

Albano Araújo

Anabela Azeiteiro Araújo

Anabela Araújo

André Rodrigues

André Rodrigues

Liliana Ribeiro

Sofia Brito





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30 de abril de 2026**

**Ponto 3 – PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**

A proposta que hoje nos é submetida merece uma apreciação séria e equilibrada, tanto mais que não estamos perante uma mera alteração orgânica de rotina, mas perante uma revisão com impacto na estrutura interna do Município, no modo como os serviços se articulam e, naturalmente, na forma como o Município se organiza para responder às exigências atuais e futuras.

É uma proposta que mexe com a arquitetura interna do Município, com a distribuição de competências, com recursos públicos, com a cadeia de decisão e, em última análise, com o próprio modelo de governação municipal.

Por isso exige escrutínio sério.

Começaríamos por reconhecer que a proposta contém aspetos positivos e intenções que nos parecem legítimas.

A adequação da estrutura a novas responsabilidades, a criação do Gabinete Técnico Florestal, o reforço de áreas estratégicas como o financiamento e até a separação entre matérias administrativas e financeiras são opções que, em abstrato, podem ter racionalidade e mérito.

Mas, precisamente por se tratar de matéria estrutural, parece-nos igualmente legítimo colocar algumas reservas e algumas perguntas, não por espírito de bloqueio, mas porque as grandes reformas administrativas pedem, para além da intenção, demonstração.

Onde está o diagnóstico técnico que demonstre a necessidade concreta desta dimensão de reestruturação?

Onde está o estudo que sustenta a criação de:

- seis chefias de divisão,
- dez chefias de unidade,
- dezanove subunidades orgânicas,
- trinta e três serviços?

Porque são estes números os adequados?

Porque não outros?

Com base em que análise?

Não encontramos resposta.

E isto é particularmente relevante quando estamos perante criação ou reforço de cargos dirigentes e potenciais impactos permanentes em despesa pública.





Aliás, uma das maiores fragilidades desta proposta é precisamente a ausência de um estudo de impacto financeiro.

Qual o custo anual desta reorganização?

Qual o impacto remuneratório?

Que poupanças ou ganhos de eficiência estima o executivo?

Nada disso é demonstrado.

E isso é uma lacuna séria.

Há ainda opções que merecem discussão política e técnica.

Uma delas é a integração do serviço de auditoria na Divisão Financeira.

Perguntamos:

Não se fragiliza assim a autonomia do controlo interno?

Não se diminui a independência funcional que a auditoria deve ter?

Quem controla o controlador?

São perguntas legítimas.

Outra questão prende-se com o modelo assumidamente hierarquizado e com o reforço significativo de chefias intermédias.

Pergunta-se:

Estamos perante uma modernização dos serviços...ou perante um adensamento hierárquico e burocrático?

Mais chefias significam necessariamente melhor serviço ao munícipe? Ou significam maior estrutura de comando?

Também aqui a dúvida é legítima.

E não podemos ignorar outro tema sensível.

Alguns perfis de recrutamento previstos levantam interrogações.

Dou apenas um exemplo:

Para a Unidade de Contratação Pública exige-se licenciatura em História.

Qual a fundamentação técnica desta opção?

Porque este perfil e não outro mais funcional e aberto? Porque não a licenciatura em Direito, Economia ou Gestão?

Porque certas exigências parecem tão específicas?

São perguntas que importa esclarecer, até para afastar qualquer suspeita — e dizemos bem, qualquer suspeita — de desenho de lugares excessivamente orientado para perfis determinados.

Uma reorganização deve servir o interesse público, não alimentar dúvidas.

Senhoras e Senhores Deputados,

Também importa perguntar:

esta proposta melhora serviços...ou reconfigura centros de poder dentro do Município?

Porque reorganizações orgânicas são sempre, também, reorganizações de influência.





E isso deve ser assumido e discutido.

Por isso deixamos hoje perguntas muito concretas ao executivo:

1. Qual o impacto financeiro desta reestruturação?
2. Porque é necessária esta dimensão de novas chefias e unidades?
3. Que indicadores irão medir se a reforma produz resultados?
4. Porque perde autonomia o serviço de auditoria?
5. Qual a fundamentação dos perfis de recrutamento definidos?
6. Como se garante que esta reorganização não é apenas expansão estrutural sem ganhos efetivos para os munícipes?

Estas perguntas não são oposição pela oposição.

São escrutínio democrático.

Porque governar bem não é apenas reorganizar.

É fundamental.

É demonstrar necessidade.

É provar proporcionalidade.

É assegurar que cada euro público e cada lugar criado servem efetivamente o interesse coletivo.

E é por entendermos que a proposta tem aspetos meritórios, mas apresenta fragilidades relevantes de fundamentação técnica, financeira e institucional, que não podemos deixar de manifestar reservas sérias quanto à forma como nos é apresentada e consequentemente não a votamos favoravelmente.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista





A22



**GRUPO MUNICIPAL DO PSD**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**

**Ponto 4 – Proposta da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa e da 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2026**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente esta proposta e entende que ela é justa, bem fundamentada e ao serviço do interesse do concelho.

O município fechou as contas de 2025 com saldo positivo. Este ajustamento ao orçamento serve precisamente para que esse dinheiro não fique parado, mas para que seja aplicado em algo concreto e útil para a população. Inclui ainda a regularização de pequenos acertos de remunerações e a correta contabilização das verbas da BIOPOLIS para o projeto da Branda Científica de S. Bento do Cando. São ajustes não apenas necessários, mas obrigatórios, que refletem uma gestão transparente e rigorosa.

O destino dado a esse saldo é, a nosso ver, exemplar. O município optou por investir esses recursos na construção da Central de Calor a Biomassa em S. Jorge, uma aposta concreta na energia renovável, que aproveita os recursos florestais do próprio território, reduz a dependência energética, diminui as emissões de carbono e beneficia diretamente a comunidade. É um investimento feito com o dinheiro que o município geriu bem e poupou e isso merece ser reconhecido.

Não podemos, contudo, deixar de registar com estranheza e preocupação a posição assumida pelo PS em reunião de Câmara, ao votar contra esta proposta. Essa posição, na prática, significa votar contra usar dinheiro que já é do município para construir uma central de energia renovável. É votar para que esse dinheiro fique parado, sem qualquer utilidade para os arcuenses. Os argumentos invocados de que o valor é “relativamente reduzido” e de que esta proposta não resolve “problemas estruturais”, não convencem. Uma revisão orçamental tem um propósito claro e específico: ajustar e alocar recursos de forma responsável. Não é o espaço para exercícios de demagogia ou para debates estratégicos deslocados da matéria em apreciação. A questão era simples: o Município deve ou não investir os seus próprios recursos num projeto de energia renovável para a comunidade? A resposta do PSD é sim, sem hesitação.

O Grupo Municipal do PSD apoia esta proposta sem reservas. Entendemos que o Executivo agiu com responsabilidade na gestão das finanças municipais, o que permitiu encerrar 2025 com um saldo positivo. Saudamos, igualmente, a opção criteriosa quanto à afetação desse saldo, direcionando-o para um investimento verde, estruturante e ao serviço da comunidade do concelho.

30 de abril de 2026



**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30  
de abril de 2026**

**Ponto 4 – PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E DA 1ª  
REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2026**

Esta proposta decorre diretamente da integração do saldo de gerência apurado no exercício de 2025, pelo que está dependente da prévia aprovação dos documentos de prestação de contas.

Relativamente a este ponto, a nossa posição é de voto contra, em coerência com a nossa votação anterior sobre esta matéria.

Desde logo, importa referir que esta alteração orçamental decorre, em grande medida, da incorporação de um saldo de gerência relativamente reduzido, o que, por si só, não traduz uma margem financeira significativa.

Na nossa opinião esta revisão não resolve, nem sequer aborda, os problemas estruturais já identificados ao nível da sustentabilidade financeira, da dependência externa e do equilíbrio operacional do Município.

Como referimos na nossa intervenção de dezembro, no ato de análise do orçamento e das GOP's para este ano, dos 51 milhões de euros apresentados, mais de 21,3 milhões correspondem a receitas de capital, que agora vemos serem ainda mais reforçadas, e dentro dessas receitas de capital, cerca de 16,7 milhões de euros dependem diretamente de fundos comunitários e nacionais.

Isto significa que, quase um terço de todo o orçamento municipal depende de decisões externas ao Município; decisões que não controlamos, prazos que não dominamos, e candidaturas que podem não ser aprovadas, ser atrasadas ou ser parcialmente financiadas como a situação do atraso das empreitadas do PRR bem demonstrou.

Quando um orçamento depende excessivamente de fundos incertos, não estamos perante um orçamento sólido — estamos perante um orçamento condicionado, vulnerável e politicamente arriscado.

E é por isso que afirmamos, sem hesitar:

Este orçamento não assenta em bases seguras.







Assenta numa expectativa infundadamente otimista – como a história recente demonstra a economia portuguesa é demasiado dependente das economias mundiais para ter certezas num contexto mundial como aquele em que vivemos. Os tempos vão difíceis com a guerra na Europa e no médio oriente a provocar uma segunda crise inflacionista. Entretanto tivemos um inverno rigoroso e uma serie de tempestades que causaram inúmeros estragos no concelho. Teria sido avisado recorrer a este excedente orçamental para fazer face a estas despesas inesperados e a estes aumentos de preços também eles inesperados. Mas não, voltamos a alocar este excedente em projetos cujas decisões de execução acabam por ser externas ao Município,

Assim, mais do que uma simples alteração orçamental, aquilo que se exigia era uma reflexão mais profunda sobre as prioridades, os critérios de afetação de recursos e a estratégia de médio prazo.

Não sendo esse o caso, mantemos a nossa posição de voto contra.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,  
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista







**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30 de abril de 2026**

**Ponto 5 – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS ALUNOS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALDEVEZ - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Relativamente ao ponto em discussão, que visa autorizar a assunção de compromissos plurianuais para o fornecimento de refeições aos alunos do Agrupamento de Escolas de Valdevez no ano letivo 2026/2027, queremos começar por sublinhar a importância estratégica desta decisão. Desde a transferência de competências na área da educação para os municípios, o fornecimento de refeições escolares passou a ser uma responsabilidade direta das autarquias. Mais do que uma obrigação administrativa, trata-se de uma responsabilidade social de enorme relevância.

As refeições escolares não são apenas um serviço complementar. Para muitas crianças e jovens, representam a garantia de pelo menos uma refeição completa, equilibrada e nutricionalmente adequada por dia.

Num contexto marcado por crise energética, aumento generalizado dos preços e pressão inflacionista sobre as famílias, esta dimensão social assume ainda maior significado. Sabemos que muitas famílias enfrentam dificuldades acrescidas na gestão do seu orçamento doméstico, e a escola desempenha aqui um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades.

Garantir refeições saudáveis e equilibradas é investir na saúde, no bem-estar e no sucesso escolar dos nossos alunos. Uma alimentação adequada contribui para melhores níveis de concentração, melhor desempenho académico e melhor desenvolvimento físico e cognitivo.

É também uma questão de justiça social. A escola deve ser um espaço de equidade, onde todas as crianças, independentemente da sua condição socioeconómica, têm acesso às mesmas condições básicas de dignidade e qualidade de vida.

Saudamos, por isso, a abertura do procedimento concursal e a previsão de encargos plurianuais que permitem assegurar estabilidade e continuidade ao serviço. A previsibilidade financeira é essencial para garantir qualidade, segurança alimentar e boa gestão contratual.

Entendemos igualmente que a definição de um preço base por refeição deve equilibrar dois objetivos fundamentais: por um lado, assegurar sustentabilidade financeira para o Município; por outro, garantir padrões elevados de qualidade nutricional e alimentar.

Num período em que tantas famílias sentem os efeitos da inflação nos bens essenciais, o investimento nas refeições escolares é também uma forma concreta de apoiar a comunidade educativa e reforçar o papel social do Município.

Por tudo isto, consideramos esta matéria da maior importância e reafirmamos o valor das refeições escolares enquanto instrumento de promoção da saúde, da igualdade e da coesão social no nosso concelho.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,  
 Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

*Jose Barros*



**Título:** Nutrir o Futuro: A Importância do Novo Contrato de Refeições Escolares

---

## **1. Introdução**

**Exmo. Sr. Presidente de Assembleia,**

**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,**

**Exmos. Senhoras e Senhores Deputados,**

Em nome do Partido Social Democrata de Arcos de Valdevez, subo a esta tribuna para manifestar o nosso profundo reconhecimento à opção estratégica tomada por este Município. A abertura do procedimento concursal plurianual para o fornecimento de refeições escolares é muito mais do que um ato burocrático; é a afirmação de um modelo de governação que coloca as pessoas no centro das decisões.

Para o PSD, a política municipal faz-se com os olhos postos no futuro. E o futuro de Arcos de Valdevez senta-se todos os dias nos refeitórios das nossas escolas. Muitas vezes, olhamos para a escola como o lugar dos livros, dos exames e da aprendizagem formal. Mas a escola é também o lugar onde se cresce fisicamente, onde se partilham momentos à mesa e onde, muitas vezes, alguns dos nossos alunos fazem a sua principal refeição completa, do dia.

Por isso, falar de comida na escola é falar de justiça social, de saúde pública e de sucesso escolar.

No entanto, este momento de progresso obriga-nos a uma reflexão séria sobre a postura de quem, nesta casa, prefere o muro da abstenção à coragem da decisão. Refiro-me à atitude irrefletida, dos vereadores do Partido Socialista que, perante uma medida que garante a alimentação diária de milhares de alunos.... escolheram não apoiar.

Para o PSD, governar é escolher; para o PS, pelos vistos, governar é lavar as mãos quando o assunto é o bem-estar dos nossos jovens e, portanto, do nosso futuro.



## 2. Rigor e Coerência

Não há ensino de qualidade com estômagos vazios ou nutrição deficiente. A ciência diz-nos de forma clara: uma alimentação equilibrada — rica em nutrientes, baixa em açúcares processados e gorduras saturadas — tem um impacto direto na capacidade de concentração, na memória e no comportamento em sala de aula.

Enquanto o PS se abstém, o PSD realiza. Este Executivo aprovou um investimento plurianual estimado em cerca de **836 mil euros** para garantir que as refeições cheguem aos pratos com segurança e qualidade. Queremos um serviço que não se limite a "entregar comida", mas que seja um parceiro ativo na educação alimentar, adaptando-se às necessidades das nossas escolas, desde o pré-escolar até ao ensino secundário.

## 3. Qualidade, Segurança e Sustentabilidade

O PSD acredita numa escola que é o grande motor da igualdade de oportunidades. Em Arcos de Valdevez, não permitimos que o contexto socioeconómico de um aluno dite a qualidade da sua alimentação.

Louvamos a sensibilidade deste Executivo que, através da Ação Social Escolar, protege os mais vulneráveis e apoia a classe média, garantindo que o prato na mesa é um direito de todos e não um privilégio de alguns.

Não podemos deixar de enaltecer a visão da Câmara Municipal ao integrar, sempre que possível, a ligação à nossa terra. Através de protocolos de fornecimento de **produtos locais**, estamos a alimentar os nossos filhos com o que de melhor os nossos produtores produzem. Isto é economia circular na prática. É o dinheiro dos arcuenses a circular em Arcos de Valdevez, apoiando a nossa agricultura enquanto garantimos frescura e saúde nas ementas escolares. É uma política que defende o que é nosso.



## 4. Conclusão

**Sr. Presidente Assembleia,**  
**Sr. Presidente da CM,**  
**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Investir na alimentação escolar é investir no futuro de Arcos de Valdevez. Cada prato servido com qualidade é um voto de confiança que depositamos no crescimento saudável dos nossos jovens.

Ao abirmos este procedimento, estamos a dizer às famílias que podem confiar na escola. Que aqui, os seus filhos terão não só o melhor ensino, mas também o melhor cuidado.

Aos que se abstêm, deixamos o nosso lamento pela sua falta de visão. Aos arcuenses, deixamos a nossa garantia: o PSD continuará a votar "Sim" ao futuro, "Sim" à educação e "Sim" ao apoio às famílias.

Louvamos esta decisão porque ela reflete os nossos valores: **liberdade de aprender, igualdade de oportunidades e solidariedade geracional.** Continuaremos a trabalhar para que Arcos de Valdevez seja um exemplo de como a política local pode, de facto, transformar a vida das pessoas para melhor. É assim que caminhamos para na construção de um conselho e todos para todos!

Muito obrigado!



POSIÇÃO

PONTO 6 | Investimentos a Financiar Através de Empréstimo de Longo Prazo

Vem a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez propor a esta Assembleia a aprovação da **Proposta de autorização prévia dos investimentos identificados no anexo 1 [lista de investimentos a financiar através de empréstimo de longo prazo.]**

A 29 de Dezembro de 2025, Sessão da Assembleia Municipal, onde o executivo municipal apresentou Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2026, propagandeado como o maior de sempre no valor aproximado de 51 milhões de Euros, afirmamos que certamente não seria esse o nosso orçamento, na eventualidade que o CHEGA fosse poder, mas que se apresentava «*tecnicamente bem feito*». Classificamos «*tecnicamente bem feito*» pelo facto do valor da Despesa ser igual ao valor da Receita, o que revelou ser um orçamento 'perfeito', pois partimos do princípio de que as contas estavam bem feitas, para as propostas do executivo.

Somos em Abril de 2026, sensivelmente quatro meses passados desde essa AM, presenteados com uma proposta de obras a financiar parcialmente, que no somatório das mesmas ronda os 5 milhões de euros, e sublinhe-se, com recurso a financiamento bancário em forma de empréstimo a longo prazo [12 anos]!

Se o recurso a Crédito Bancário, mesmo que enquadrado na capacidade legal de endividamento municipal, já por si só é preocupante e a evitar, mais preocupante se torna se considerado, o perfil de obras predominantemente a financiar. A saber obras de âmbito cultural, habitação social, dispersão territorial de infra-estruturas urbanas... Não que em certa medida se possam considerar algumas delas de natureza e dimensão importantes, mas certamente não prioritárias, como sim o é a reabilitação/reconversão funcional do centro de Saúde, ou por exemplo aquilo que poderia ser o preconizar o alargamento dos parques empresariais municipais, quíça a Polícia Municipal, ou uma destemida aposta na estruturas e serviços de mobilidade e acessibilidade urbana [estas com efeito imediato na competitividade municipal em diversos domínios, entre outros favorecendo o comércio local, a promoção de bolsas para stock imobiliário favorecendo o acesso à habitação,...], ou seja evidenciando aquilo em que temos irremediavelmente de nos reconfigurar, a saber num CENTRO PRIVILEGIADO DE OPORTUNIDADE, e isto, naturalmente não exclusivo, faz-se com foco em Política Urbana, pois assim são TODAS as regiões ganhadoras existentes!

Preocupação também pelo que a nossa sensibilidade nos denuncia. É sabido que para qualquer decisão de investimento, é imperativo definir prioridades, antes da obra acontecer e atendendo à sua natureza e dimensão ela deverá estar PLANIFICADA para depois ser PROGRAMADA, PROJECTADA e ORÇAMENTADA. Portanto Plano, Programa, Projecto, Mapa de Trabalhos e Quantidades, respectivo Orçamento e por fim concurso a Candidatura. **Tudo Certo para dar Certo!**



Então o que temos? o inverso! Surgem quadros comunitários de apoio [fundos] identificam-se umas medidas eventualmente disponíveis de susceptível adaptação e, provavelmente de impulso, pede-se aos serviços a preparação de determinadas candidaturas que vão de encontro à interpretação da medida, as quais sustentadas num aparente projecto, num orçamento assim mais ou menos, se conforma aquilo que poderá vir a dar em obra. Necessária, talvez sim, prioritária, talvez não. Mas será feita, em prazo record, com projecto adaptado, mais ou menos detalhado, reorçamentado, e que ao ser executado, é entretanto decidido dar novo curso ao propósito da obra, ou até mesmo da solução urbana e/ou arquitectónica... pois não foi PLANIFICADA logo a provável razão de induzir a débil tomada de decisão... **Tudo Certo para dar Errado!**

Portanto, efectivamente não nos surpreende, o recurso que a Câmara Municipal, pretende fazer a Crédito Bancário para financiar, sensivelmente em 10%, aquilo que afinal estava desde o início ERRADO!

É nosso propósito chamar a atenção para este *modus operandi*, nefasto, pelo que temos a expectativa que o Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, entenda este nosso alerta e assim operacionalize entre o seu corpo executivo, juntas de freguesia, os seus serviços e entidades, um modo assertivo, bem sustentado e bem orquestrado, para que o desenvolvimento do nosso concelho, seja efectivamente profícuo.

Arcos de Valdevez, 30 de Abril de 2026

Os deputados municipais do Partido CHEGA

Albano Araújo

Anabela Araújo

André Rodrigues

Liliana Ribeiro

Sofia Brito





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30 de abril de 2026**

**Ponto 6 – DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS IDENTIFICADOS NO ANEXO I — LISTA DE INVESTIMENTOS A FINANCIAR ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO VALOR DE 5 030 000,00€**

Estamos hoje chamados a pronunciar-nos sobre uma decisão com consequências financeiras diretas para o concelho nos próximos doze anos, não é uma decisão menor. É um empréstimo de 5.030.000 euros, a contrair junto da banca, indexado à Euribor a três meses, com prestações trimestrais e uma carência de capital de um ano. São compromissos reais, que vinculam o município e os seus contribuintes até 2038.

O Grupo Municipal do PS tomou nota de que esta proposta foi aprovada na Câmara Municipal por maioria, com o voto contra da nossa Vereadora, estamos aqui, perante esta Assembleia, para ser coerentes com essa posição e para a fundamentar com clareza.

Primeiro: reconhecemos o mérito de muitos dos investimentos.

Olhando para o Anexo I que nos foi apresentado, encontramos projetos que, em si mesmos, têm relevância inequívoca para o concelho, a expansão da rede de saneamento a sudoeste, com cinco lotes em diferentes zonas, representa 1.810.000 euros e responde a carências reais das nossas populações.

As intervenções na rede viária municipal, em Sistelo, Louredo, Alvora, Portela, Aboim das Choças, Prozelo, Vale, Vilela e Sabadim, entre outras localidades totalizam 1.293.000 euros e tocam diretamente na qualidade de vida de quem vive nas nossas freguesias.

Os trabalhos complementares na escola EB 2,3 de Arcos, para o ensino artístico, valem 500.000 euros.

A alteração funcional do Centro de Saúde para instalação de uma Unidade de Retaguarda representa 243.000 euros. Estas são, de facto, áreas estruturantes.

Não está em causa investir nelas, está em causa a forma como se financia esse investimento e se este é o momento certo para o fazer.

O executivo sustenta esta proposta com números que, à primeira vista, parecem tranquilizadores. À data de 31 de dezembro de 2025, a dívida financeira do município era de 3.071.888 euros, um valor relativamente baixo. A margem absoluta de endividamento atingia os 30.015.888 euros. E a margem disponível para utilização, ao abrigo do regime financeiro em vigor, era de cerca de 12,2 milhões de euros.

Mais: o Executivo refere que, com os dados provisórios da gerência de 2025, essa margem disponível subiria para cerca de 13 milhões de euros já em 2026.





Tudo isto é verdade e seria reconfortante, se não fosse o contexto em que nos encontramos.

Porque o facto de existir margem legal para contrair dívida não significa que seja sempre prudente fazê-lo. Um agregado familiar com capacidade de crédito não recorre necessariamente ao banco para financiar todas as suas despesas. A mesma lógica se aplica a um município. A questão não é "podemos?", é "devemos?", "agora?", "desta forma?"

Não vemos esta proposta de forma isolada, vemo-la no quadro de uma trajetória que temos vindo a acompanhar com atenção crescente: o anúncio da contratação de 114 novos trabalhadores para os quadros da autarquia, o aumento da estrutura de funcionamento, as derrapagens que temos assistido em algumas obras de elevado valor, e agora novos investimentos de grande dimensão financiados a crédito.

O conjunto destes sinais aponta para uma tendência de crescimento da despesa municipal que nos preocupa do ponto de vista da sustentabilidade financeira a médio prazo.

Acresce que o contexto económico internacional continua marcado por incerteza significativa. As taxas de juro, embora com alguma tendência de descida, mantêm-se num patamar que torna o custo do crédito substancialmente mais elevado do que era há poucos anos. Um empréstimo indexado à Euribor a três meses é um compromisso variável e a variabilidade, neste momento, não joga necessariamente a favor do mutuário.

O Anexo I apresenta-nos onze projetos distribuídos por seis áreas distintas, cultura, habitação social, saneamento, educação, rede viária e saúde, nenhum arcuense questiona a importância destas áreas, o que questionamos é o critério de priorização que determinou que estes onze projetos, e não outros, são os que devem ser financiados por esta via, agora.

O que nos foi enviado é uma listagem, não é uma estratégia. Não é uma explicação de como estes investimentos se articulam com as prioridades de desenvolvimento territorial do concelho, com a coesão entre o centro urbano e as freguesias, com os objetivos de fixação de população ou de atração de novos residentes.

Investir é importante. Investir com critério e com visão é ainda mais importante. E esta Assembleia tem o direito e o dever de exigir essa explicação.

A nossa posição é clara.

Não votaremos a favor desta proposta. Fazemo-lo sem irresponsabilidade e sem demagogia, reconhecendo o mérito de parte dos projetos identificados, mas com a convicção de que a gestão financeira de um município exige prudência, rigor e coerência, especialmente quando os sinais de crescimento da despesa são visíveis e o contexto económico convida à cautela.

Os recursos públicos não são ilimitados. Os compromissos de hoje são os encargos de amanhã. E quem os suportará, em última instância, são os arcuenses. É por eles que estamos aqui.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez

*[Assinatura]*





## **DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS IDENTIFICADOS NO ANEXO I – LISTA DE INVESTIMENTOS A FINANCIAR ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO**

O Grupo Municipal do PSD vem manifestar o seu apoio à proposta em discussão, relativa à contratação de um empréstimo de longo prazo no valor de 5.030.000 euros, destinado ao financiamento de um conjunto de investimentos estruturantes para o concelho.

Importa clarificar aquilo que é essencial neste processo: este não é um empréstimo para despesa corrente, nem um recurso fácil ao crédito. Trata-se de um instrumento financeiro necessário para fazer face a investimentos já identificados, muitos deles decorrentes de necessidades que não estavam inicialmente previstas ou que surgem sem qualquer tipo de comparticipação associada.

Este empréstimo não é um sinal de fragilidade financeira. Pelo contrário, é um sinal de capacidade de gestão, de visão estratégica e de compromisso com o desenvolvimento do concelho. É um instrumento para melhorar infraestruturas básicas, reforçar serviços essenciais, qualificar o território e garantir melhores condições de vida para os arcuenses.

Ou seja, estamos perante situações em que o Município tem de agir, independentemente de haver ou não financiamento comunitário, porque estão em causa respostas concretas às necessidades da população em áreas fundamentais como educação, cultura, habitação social, saúde, saneamento básico e rede viária. Estamos, portanto, a falar de áreas absolutamente prioritárias e que atravessam todo o território municipal.

Por outro lado, devemos ainda sublinhar, com toda a clareza, a solidez da situação financeira do Município. E neste aspeto os dados são objetivos:

- A dívida municipal tem vindo a diminuir ao longo dos anos, situando-se em cerca de 3,07 milhões de euros no final de 2025 ;
- Um limite legal de endividamento superior a 36 milhões de euros;
- Uma margem absoluta de endividamento superior a 30 milhões de euros.



**DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS  
IDENTIFICADOS NO ANEXO I – LISTA DE INVESTIMENTOS A  
FINANCIAR ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO**

Tudo isto reflete uma folga financeira significativa do Município e que este empréstimo representa uma utilização responsável e perfeitamente enquadrada dessa margem.

O que está hoje aqui em discussão é uma escolha clara: ou se adiam investimentos essenciais, com impacto direto na qualidade de vida das populações, ou se assume, com responsabilidade, o recurso ao financiamento para concretizar esses projetos. E enquanto uns se limitam a meros exercícios de retórica, à crítica pela crítica, outros há que se pautam por fazer, por concretizar!

Por tudo isto, o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta, por entender que ela serve o interesse do concelho, responde a necessidades reais e é sustentada por uma gestão financeira responsável.





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30 de abril de 2026**

**Ponto 7 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, NO VALOR DE 5030000,00€ E RESPETIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS, PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS NAS ÁREAS DOS EDIFÍCIOS CULTURAIS, EDUCATIVOS, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, SANEAMENTO BÁSICO E REDE VIÁRIA**

A proposta que hoje nos é apresentada para a abertura de um procedimento de financiamento de longo prazo, no valor de 5 milhões e 30 mil euros, mereceu a nossa maior atenção e estudo. Se a questão jurídico legal nos parece sobejamente clara e bem fundamentada, não estando em causa a legalidade da mesma, já as opções de gestão financeira deste executivo nos merecem alguma cautela e sérias reservas, uma vez que qualquer decisão tomada hoje por esta Assembleia para além de solidária com a mesma, atira para as gerações futuras o pagamento das opções de gestão de hoje. Este simples facto deverá pesar na reflexão desta Assembleia e na decisão que se vier a tomar.



Depois da apresentação do Orçamento para 2026, esta decisão não é, na verdade, surpreendente. Entre o anúncio da entrada de 114 novos trabalhadores, (ou mais como o Sr. Presidente anuncia tão garboso), para os quadros da autarquia, as derrapagens que temos vindo a verificar em algumas obras de elevado valor e os novos investimentos de grande dimensão previstos, era expectável que, mais cedo ou mais tarde, o Município viesse a recorrer ao financiamento bancário. Falta saber se nos 500.000,00 € previstos para o Cine teatro Alameda já estão previstas as derrapagens, que com toda a certeza irão acontecer.

**Reforçamos:** Importa recordar que qualquer endividamento municipal representa compromissos financeiros assumidos para o futuro. Em última análise, são sempre os contribuintes que acabam por suportar as consequências das decisões de gestão tomadas no presente.

Por essa razão, entendemos que o recurso ao crédito deve ser sempre uma decisão particularmente ponderada, prudente e sustentada em prioridades claras e devidamente justificadas.

O que nos preocupa é que, nos últimos tempos, têm surgido vários sinais que apontam para uma trajetória de crescimento da despesa municipal, o que levanta dúvidas legítimas quanto ao rigor e à sustentabilidade da gestão financeira.





Tudo isto acontece, além do mais, num contexto de incerteza económica internacional, que deveria aconselhar maior prudência na assunção de compromissos financeiros de longo prazo. A crise inflacionista provocada pelo aumento do preço do barril de petróleo irá provocar um aumento brutal dos preços nos próximos meses ou anos, sendo também por esse facto recomendável prudência na gestão dos dinheiros públicos e no recurso ao endividamento municipal.

Queremos deixar claro que não está em causa a importância de investir em áreas fundamentais como a educação, a cultura, a habitação social, a saúde, o saneamento ou a rede viária. Essas são, naturalmente, áreas estruturantes para o desenvolvimento do nosso concelho. Questionamos é o momento, em plena crise inflacionista, para propor este endividamento.

O que está em causa é a forma como se gere o dinheiro público e as prioridades que são estabelecidas na definição das opções de investimento.

Na nossa perspetiva, esta proposta reflete uma estratégia de crescimento da despesa que acaba agora por exigir o recurso ao financiamento bancário para acomodar esses compromissos.

Por estas razões, entendemos que esta não é a decisão mais prudente do ponto de vista da gestão financeira do Município.

Assim, votaremos contra esta proposta.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,  
Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

*V. L. S. S. S.*





**Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, reunida em sessão ordinária de dia 30 de abril de 2026**

**Ponto 8 – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS**

Relativamente a este conjunto de dez pontos, e não obstante o nosso claro voto favorável, até pela forma como temos defendido aqui a descentralização de competências e maiores apoios financeiros para as nossas Juntas de Freguesia, não podemos deixar de fazer uma observação de carácter mais genérico sobre a forma como todo o processo se desenvolve, ano após ano.

E antes que nos acusem de estar a tentar fazer qualquer tipo de ingerência na gestão das Juntas de freguesia, o que propomos não limita ou interfere com as opções que cada Freguesia, livremente, aqui trás. Não vale a pena tentar virar o bico ao prego. Afirmamos alto e bom som – cada freguesia é livre de pedir o apoio para o que bem entender sendo da responsabilidade de cada Assembleia de Freguesia fiscalizar essa boa utilização e aplicação de dinheiros públicos.

No entanto, a esta assembleia cabe fiscalizar a forma <sup>de</sup> o executivo aplica as verbas públicas do orçamento municipal. E é dentro deste âmbito que devemos regulamentar e uniformizar a forma como os pedidos são apresentados. Estamos perante dez protocolos de colaboração com juntas de freguesia e aquilo que se verifica é alguma falta de uniformização na forma como estes são apresentados.

Desde logo, constata-se que, em alguns casos, os valores surgem com indicação expressa do IVA, enquanto noutros não existe qualquer referência a esse elemento, o que dificulta a leitura e a comparação dos montantes envolvidos. 

Por outro lado, há protocolos que apresentam uma discriminação mais detalhada dos custos associados a cada intervenção, enquanto outros se limitam a indicar valores globais, sem o mesmo nível de detalhe.

Esta ausência de critérios uniformes na apresentação da informação não contribui para uma análise clara, transparente e facilmente comparável entre as diferentes freguesias. A coesão territorial obriga a que essa análise seja feita.

Mais do que uma questão meramente formal, trata-se de assegurar maior clareza, consistência e equidade na forma como o Município estrutura e apresenta este tipo de apoios.

Nesse sentido, parece-nos importante que, no futuro, seja adotado um modelo mais padronizado para estes protocolos, garantindo que todos incluam o mesmo tipo de informação e apresentem um nível semelhante de detalhe e enquadramento financeiro.

Arcos de Valdevez, 30 de abril de 2026,

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

[illegible]

**Ponto 8 – Propostas de Protocolos de Apoio Financeiro a Celebrar com as Freguesias**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Ponto 8 desta ordem do dia apresenta-nos um conjunto de propostas de protocolos de apoio financeiro a celebrar com as juntas de freguesia e uniões de freguesias do nosso concelho, e votaremos favoravelmente todas elas. Estes protocolos são, na nossa perspetiva, um dos instrumentos mais concretos e diretos de aproximação entre o Município e as populações, porque são as Juntas de Freguesia que conhecem o terreno, que sabem onde está o caminho em pior estado, onde a limpeza viária é mais urgente, onde os resíduos precisam de ser recolhidos em lugares de acesso difícil.

É por isso que o investimento nestas transferências é também um investimento na dignidade das populações do nosso concelho e um voto de confiança nas Juntas de Freguesia e na descentralização de competências.

Dito isto, gostaria também de informar, que na qualidade de representante dos presidentes de junta nesta Assembleia Municipal, vamos avançar com um o agendamento de reuniões presencias com todos os colegas, a fim de aferir das suas necessidades de funcionamento técnico, com vista a melhorar a prestação de serviços a todos os fregueses. O objetivo é reforçar a voz coletiva que ajude a um diálogo mais estruturado com a Câmara Municipal sobre prioridades partilhadas em torno do funcionamento técnico das juntas.